

4

Análise dos Resultados

4.1

Impacto do desaparecimento

Perdas são inerentes à condição humana e fazem parte de todas as etapas de nosso desenvolvimento, como na passagem da infância para a adolescência, quando terminamos um relacionamento ou se perdemos um emprego (Kovács, 1992). Algumas perdas, no entanto, geram reações mais intensas de medo, revolta, descrença e inconformidade, como quando ocorre a morte de um ente querido, em especial quando se trata de uma criança, pois este acontecimento rompe de forma brusca e inesperada com a previsibilidade da vida, a estabilidade das relações e as certezas de nosso cotidiano. Crianças não deveriam morrer antes dos adultos, mas nem sempre a vida segue este curso “natural” e esperado.

Os pais são aqueles que, usualmente, mais sofrem a morte de um filho, embora todo o sistema familiar se desorganize, demandando tempo para restabelecer-se, reestruturar-se e elaborar a perda (Rando, 1997). O impacto diante deste tipo de perda incide, em especial, sobre as mães, de quem se espera onipresença e onipotência na relação com a prole. A mulher sente esta perda como um fracasso do cumprimento do papel parental socialmente atribuído pois

... perde um pedaço de si mesma, a ilusão e a esperança. Perde também a ordem e a lógica do seu próprio universo, na medida que se espera que os adultos ou os mais velhos morram primeiro (...) perdem também a perspectiva de futuro, além da função de cuidadoras e, portanto, parte de sua identidade. (Caselatto & Motta, 2002, p.105)

Devemos lembrar, no entanto, que o amor materno nem sempre foi visto como uma característica inata às mulheres. Como referido por Badinter (1985), em decorrência do número elevado de mortes de bebês até o século XVII, às mães eram recomendados sentimentos de frieza, indiferença e desinteresse pelo recém-nascido, pois “...valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois” (p. 85). Já no século XVIII, há uma inversão de valores: se antes as mães eram censuradas

caso explicitassem sentimentos de carinho e ternura por seus filhos, a partir deste período, elas passam a ser cobradas a dar demonstrações destes sentimentos pelos descendentes.

Segundo a autora, o amor materno passa a ser visto como um sentimento natural e inerente às mulheres e, conseqüentemente, criam-se “regras” de comportamento que determinam que, diante da morte de um filho, as mães reajam de forma condizente com seu papel socialmente construído.

Em nossa sociedade atual, as mulheres ainda são ensinadas sobre como devem reagir diante da perda de um filho. Há expectativas relacionadas às primeiras reações diante da perda, bem como de como estas mulheres darão continuidade a suas vidas (Caselatto & Motta, 2002). Podemos dizer, portanto, que o comportamento das mães é não só esperado, mas praticamente determinado pelo meio onde está inserida. Porém, vale ressaltar que estas expectativas não são apenas externas, mas também da própria mulher, que introjeta e incorpora o papel de mãe-cuidadora onipotente, glorificando-se quando acerta e martirizando-se quando “falha” na criação dos filhos.

Quando uma criança morre, portanto, nosso mundo previsível e estável não mais parece tão seguro e confiável, e os sentimentos de fracasso e impotência se abatem comumente sobre as mães enlutadas. Nos casos de desaparecimento, mais especificamente, este sentimento de imprevisibilidade da vida é ainda mais acentuado e devastador. Segundo Boss (2001), “... a perda ambígua faz com que nos sintamos incompetentes, quebra nossa sensação de sermos donos de nossa própria vida e também nossa crença de que o mundo é um lugar justo, ordenado e manejável.” (p.106).

Esta perda, tão incerta e ambígua, faz com que as reações diante do desaparecimento de um(a) filho(a) sejam ainda mais intensas e complexas. Para melhor compreensão deste fenômeno, avaliamos o impacto individual do desaparecimento do ponto de vista de nossas participantes. Dividiremos esta categoria em partes, apresentando, primeiramente, as reações iniciais à perda, seguidas das reações ao longo do primeiro ano e, por fim, os sentimentos e pensamentos atuais destas mulheres frente à ausência prolongada de seus filhos.

4.1.1

Reações iniciais

Diante de uma perda abrupta e inesperada, reações iniciais tais como choque, negação, choro, desespero, impotência, angústia, dor e medo são comuns e esperadas (Franco, 2002).

Nos casos de desaparecimento, estes sentimentos estão presentes de forma ainda mais intensa. De acordo com Alvarenga e Villaherrera (2004), quando é uma criança que desaparece (principalmente quando esta é muito jovem), os principais afetados são os pais e irmãos. As autoras constaram que

Os familiares das meninas e meninos desaparecidos vivem os primeiros momentos após o desaparecimento (...) um estado de profunda desorganização emocional. O desespero, insônia, inapetência, acessos de choro, sentir que estavam a ponto de enlouquecer, assim como o desejo de morrer ou de sair correndo foram comuns... (p.170)

Em estudo realizado por Henderson e Henderson (1997), os autores constataram que os pais que não acreditavam que seus filhos pudessem ter fugido espontaneamente de casa apresentaram reações mais intensas de negação, angústia e desespero do que aqueles que cogitaram esta possibilidade, mesmo sem confirmação da mesma. Segundo os autores, as famílias que achavam que os filhos poderiam ter saído voluntariamente do lar admitiram a existência prévia de conflitos familiares, situações de violência física, emocional e/ou sexual ou outras possíveis causas para a fuga. Já nos casos das famílias que atribuíam outras causas para o desaparecimento como rapto por estranho, por outro familiar ou membro da família extensa (inclusive amigos e conhecidos dos progenitores), os sentimentos iniciais de ansiedade, impotência e vergonha se apresentaram de forma mais aterradora.

Partindo dos dados encontrados pelos autores supracitados, um dos pré-requisitos estabelecidos para a escolha das participantes diz respeito à hipótese da família sobre as causas do desaparecimento. Todas as entrevistadas, ao registrarem o desaparecimento de seus filhos nas Delegacias e demais órgãos responsáveis, excluíram veementemente a possibilidade de fuga de seus filhos. Com isto, procuramos investigar as reações iniciais destas mulheres frente ao desaparecimento súbito e inesperado das crianças.

Em todos os casos estudados, a negação foi a reação inicial mais comum, diante da realidade da perda. Mesmo no caso de Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, raptada aos 11 meses de idade em uma piscina pública - situação na qual a mãe estava presente e teve contato com a seqüestradora - a recusa em acreditar no desaparecimento da filha fica clara na fala desta participante:

“Eu entrei em desespero, gritava muito... no mesmo dia que me levaram ela, eu fui lá na Delegacia dar o depoimento, mas voltei lá na piscina e fiquei até escurecer, deixei uns retratos da minha filha no Corpo de Bombeiros porque disseram que, às vezes, aparece criança perdida lá... saí de lá tarde da noite, porque eu pensei que ela podia ter voltado lá (...) se arrepender, entregar minha filha pra alguém lá, né? A minha esperança era essa, né?” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Segundo Caselatto (2002), a perda de um filho pode ser a mais devastadora para as mulheres, e a negação impera devido à dificuldade de a mãe abdicar de seu papel materno. Podemos inferir que, nos casos de desaparecimento, a negação torna-se uma resposta ainda mais compreensível pois “...a tendência (...) é manter uma relação e não renunciá-la. Uma vez que estabelecemos o vínculo, resistimos a deixá-lo...” (Boss, 2001, p.83).

No caso de Zélia, que pediu à filha, Amanda, 9 anos, que fosse ao mercado com o irmão mais novo, Henrique (na época com 4 anos), negação e culpa aparecem juntos nos primeiros momentos após o desaparecimento da menina. Segundo relato do caso, ao saírem da mercearia, Amanda e Henrique foram abordados por um homem que pediu apenas a menina que o acompanhasse, pois ele lhe daria uma cesta básica. Amanda seguiu espontaneamente com o desconhecido, enquanto Henrique voltou para casa. Zélia estranhou o fato de o filho chegar sozinho. O menino contou-lhe a história, mas Zélia não entendeu porque a filha tinha acompanhado o homem, já que não o havia reconhecido. Henrique afirmou que o homem parecia ser morador da comunidade onde residiam, mas não sabia dizer exatamente quem era.

Zélia ficou preocupada, mas decidiu aguardar pelo retorno da filha. No entanto, o tempo passava e nenhum sinal de Amanda. No relato, medo intenso, angústia e desespero tomaram conta de Zélia, o que a levou a procurar as autoridades:

“Fui ficando agoniada, olhava na janela e nada dela... você não acredita naquilo, não pode ser verdade, mas uma hora tem que tomar uma atitude. Aí eu saí pra procurar... deixei o meu mais velho tomando conta dos mais novos e sai procurando com o Henrique, porque ele sabia quem era o homem, mas nada da gente achar! E eu comecei a ficar mais e mais nervosa...aí decidi ir na Delegacia. Pedimos ajuda dos vizinhos, e eles foram comigo... fizemos a ocorrência e voltamos pra casa com o coração na boca, né?” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Ao voltar para casa, Zélia vivenciou mais um momento de extrema ambigüidade de sentimentos: por um lado, a esperança de encontrar a filha sã e salva de volta em seu quarto; de outro, a certeza de que esta nunca mais seria encontrada. Reações como desânimo, choro descontrolado, aumento da pressão arterial, dor nas pernas, sono excessivo e fadiga também estiveram presentes.

Na relação com a família, as reações de Zélia foram mais explosivas, com demonstrações de raiva, impotência, culpa e tristeza:

“Eu fiquei arrasada, parecia que a casa tava vazia.... logo no início, eu tava muito agressiva, queria me separar do meu marido porque tudo me abusava dentro de casa (...) eu provocava ele pra ver se ele ia embora (...) Eu tomei antipatia pelos meninos, por todos! Deixei eles com uma vizinha acho que quase um mês! No fundo, a culpa foi mais minha (...) Eu senti, no momento que ela não tinha voltado, que quem devia ter ido no mercado era eu (...) no começo, a gente fica perdida, sem saber o que fazer, sem saber o que sentir!” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Kordon e Edelman (1987) afirmam que o desaparecimento de um ente querido desestrutura toda a família, gerando reações em cadeia, como no caso de Zélia: o desaparecimento de Amanda suscitou sentimentos de desamparo e descontentamento em relação ao marido; os filhos passaram a ser negligenciados ou até mesmo alvo de acusações; além de sentimentos autodirecionados de culpa e impotência, os quais comprometeram, indubitavelmente, o processo de reestruturação individual e de todo o sistema familiar.

Constatamos também a presença do que Alvarenga e Villaherrera (2004) nomearam de “pensamento mágico”. Este conceito refere-se à idéia onipotente dos enlutados (em especial, as mães) de que poderiam ter evitado o ocorrido, ou desfazer o que já ocorreu. Este mecanismo, segundo as autoras, é comum após a fase inicial de negação, quando o sujeito começa a se dar conta da perda sofrida.

No caso de nossas entrevistadas, este recurso também se fez presente e deflagrou a crença de que, se pudessem refazer suas escolhas, o filho não estaria

desaparecido. Eunice, 32anos, mãe de Mariana, desaparecida aos 10 anos após sair para comprar pão, demonstra esta relação entre negação e pensamento mágico.

“Eu não aceitava que ela não ia voltar, não dá pra aceitar! Passei uns 15 dias sem ir na minha casa porque eu não conseguia. Eu não ia colocar comida no fogo, não deixava ninguém mexer na minha casa, mas também não entrava, não queria (...) fiquei na casa da minha irmã. Quando eu vi que ela tinha sumido mesmo, eu voltei, mas coloquei minha cama do lado da janela e ficava 24 horas sentada de frente olhando pra rua... 24 horas, dia e noite, só saía pra ir no banheiro, tomar banho e fazer minhas necessidades, mas saía e voltava direto pra cama. Anoitecia e amanhecia e eu na janela, na esperança de alguém botar ela na rua, na madrugada, ela gritar e eu ouvir... eu não queria sair... e se ela me chamasse e eu não escutasse? Se eu não tivesse lá, iam levar ela embora de novo... até hoje eu ainda olho na janela, na esperança dela chegar.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Outro caso no qual as reações iniciais estão marcadas, de forma emblemática, pela negação e pelo pensamento mágico, é o de Juliana, mãe de Bianca, desaparecida quando tinha apenas 1 ano e 10 meses. Juliana havia deixado a filha no portão de casa para ir à vizinha buscar o cachorro da família; quando voltou, cerca de dois minutos depois, a menina havia desaparecido.

Um fator agravante neste caso: o fato de a menina ainda não andar bem sozinha, o que impediria que ela fugisse ou corresse para algum lugar distante, a menos que um adulto a levasse. Por ser tão indefesa, Bianca não poderia ter saído, portanto, voluntariamente de sua casa, e esta variável suscitou ainda mais desespero, angústia e culpa em Juliana. Em sua fala, reações iniciais de negação, choque e raiva. A entrevistada também acredita que, se tivesse levado a filha no colo, conseguiria buscar o animal da mesma forma, e nenhum mal teria acontecido à menina, deflagrando também a presença do pensamento mágico referido por Alvarenga e Villaherrera (2004):

“Na hora eu pensei que era brincadeira... foi anoitecendo e nem assim eu acreditava. Depois de umas três horas, chegou minha madrinha e eu falei pra ela que aquilo devia ser uma brincadeira... eu falei pro meu esposo que tinham pegado ela pra me colocar medo, sei lá, porque todo mundo sabia que ela era o xodó de casa...mas eles foram me acalmando e me mostrando o que realmente tava acontecendo e aí, de manhã, eu vi de verdade que ela não tava mais ali do meu lado, né? Foi muito difícil. Nessa hora eu falei: ‘Se eu pegar a pessoa, eu não sei o que eu faço’, de raiva mesmo, mas foi só na hora daquele choque, daquela raiva, mas depois você pensa: ‘Não, não pode ser, uma pessoa normal não tira o filho de outra’... a pessoa não pode ser normal, e aí não tem como ter raiva de alguém assim...mas é muito difícil entender, não dá pra aceitar nunca

uma coisa dessas, ninguém tem o direito de fazer isso com uma mãe (choro). Eu fiquei muito culpada (choro). Eu nunca deixei ela na rua, era primeira vez que ela tava sozinha no portão.... a gente acha que pode evitar essas coisas e quando acontece, é duro...” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Diante de casos como o de Zélia, Eunice e Juliana, lembremos L’Hoste (1987) quando este nos diz: “Não nos esqueçamos que em nossa cultura está prescrito que as mães são responsáveis pelo cuidado e pela integridade física dos filhos” (p.109). Podemos concluir que, nestes casos, a negação e o entorpecimento se apresentaram como importantes mecanismos de defesa para que estas mulheres não fossem devastadas pelo sentimento de culpa e impotência após o desaparecimento das filhas.

Em outros dois casos, a negação da realidade da perda está relacionada à crença de que suas filhas não poderiam ter sido enganadas pelos supostos seqüestradores. No primeiro exemplo, Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade em uma feira livre, relata a dificuldade em acreditar que sua filha havia desaparecido.

“Devia ser umas 11:00 horas quando eu cheguei em casa do trabalho e encontrei minha cunhada chorando, desesperada, e eu perguntei: ‘O que aconteceu?’, e ela disse: ‘A Ana sumiu’ e eu falei: ‘Como assim, a Ana sumiu, que é isso?’, porque eu não acreditava! Só depois que eu pensei: ‘Só se alguém levou minha filha’, mas achava que ninguém podia levar minha filha porque ela era muito esperta. Quando eu fui chegando perto da barraca da minha irmã, que eu vi ela aos prantos e todo mundo segurando foto da minha filha, os rapazes de moto, tudo mostrando a foto dela, aí eu pensei: ‘Alguma coisa aconteceu’, mas ainda assim eu não queria acreditar... quando eu cheguei e a testemunha me contou o que tinha acontecido, aí eu falei: ‘Pronto, levaram a minha filha’... aí o chão pra mim sumiu... fiquei desesperada, comecei a chorar... foi aquele desespero.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

No segundo caso, Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta em uma praça em frente à casa de uma tia, a negação do ocorrido é seguida de fortes sentimentos de desespero, impotência e angústia.

“Eu tava em casa dormindo Aí minha tia chegou lá, bateu na porta e falou assim: ‘Daniela, a gente veio te buscar porque a Luíza tá desaparecida, sua irmã tá desesperada e meu cunhado já pegou o carro pra buscar o pai dela, porque ninguém consegue encontrar ela’. Na hora, a gente não acredita, porque ela era muito esperta, por que que ela ia se meter de ir com um homem pela estrada? Você não acredita, né? Depois é que a gente vai percebendo que a

realidade é aquela... é horrível! No começo, eu não queria nem sair de casa, você não consegue mais fazer nada, não consegue dormir, nem descansar... é uma agitação só! Bate um desespero, é um chororô toda hora, a gente não gosta nem de tocar no assunto, porque logo a gente fica deprimida. É um pânico, é uma coisa horrível (choro).” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

De acordo com estudo realizado pelo National Center of Missing and Exploited Children (2003), reações como as de Zélia, Juliana, Eunice, Soraia e Daniela são freqüentes em casos de desaparecimento de crianças. Segundo os pesquisadores, os pais entrevistados descreveram um impacto súbito e devastador no momento em que tiveram certeza de que a criança estava desaparecida, oscilando entre sentimentos de medo intenso e descrença frente ao ocorrido.

A pesquisa também constatou que, após a confirmação do desaparecimento, os pais sentem-se paralisados e fixam o pensamento no último momento no qual viram a criança, não sendo capazes de aceitar que a ausência do filho se estenda por longos períodos de tempo. Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida aos 10 anos de idade após ter sido abordada por um homem desconhecido perto de sua casa, relata suas primeiras reações, corroborando com os dados encontrados pelos pesquisadores americanos:

“Eu fiquei arrasada, muito mal no começo, sempre com o coração apertado... fiquei sem rumo, tendo que fazer todas as coisas no automático. Eu chorava, depois eu ficava brava, depois eu chorava mais um pouco... eu fiquei muito mal no começo, não sabia o que fazer, com quem falar, achando que ela ia voltar... o celular ligado em todos os lugares que eu ia, porque alguém podia ligar, mas acho que eu esperava mesmo era uma ligação dela, ouvir a vozinha dela de novo, pelo menos por uma vez (choro). É difícil acreditar que você nunca mais vai ver um filho.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Como podemos observar, diante do desaparecimento de seus filhos, as participantes apresentaram reações de choque, entorpecimento e negação. Boss (2001) afirma, no entanto, que estas reações iniciais são, justamente, o que permitem o enfrentamento desta perda tão ambígua, pois

... protegem temporariamente o corpo depois de um trauma (...) proporcionam um alívio transitório à dura realidade psicológica de uma perda potencial (...) diminuem a angústia originada inevitavelmente por uma presença ou ausência incertas. (p.86).

Lloyd e Zogg (1997) já haviam obtido este dado anteriormente e afirmam que, após o momento inicial marcado pelas reações de choque e negação, o período seguinte é de ação orientada, no qual os pais geralmente contatam amigos, membros da família, escola, vizinhos e organizações às quais a criança pertencia, na tentativa de localizá-la. Segundo as autoras, os pais sentem dificuldade em manejar o medo e a ansiedade frente à notícia do desaparecimento enquanto, simultaneamente, têm que tomar decisões para iniciar as buscas pela criança, e acabam vencendo este obstáculo inicial alimentados pela esperança de resgatar a criança sã e salva.

Este movimento de negação/descrença/esperança/ação pôde ser percebido em todas as entrevistas. As mães relatam uma verdadeira sucursal em busca de informações que as levassem ao encontro de suas crianças. Um exemplo foi retirado da fala de Cleide, mãe de Marcel. A transformação do “*luto em luta*” foi a forma como esta mãe descreveu suas primeiras reações diante da constatação do desaparecimento do filho, na época com apenas 6 anos. Marcel foi visto pela última vez no playground da escola onde estudava por volta das 15:00 horas da tarde. Além de não existirem testemunhas, Cleide não conseguiu o apoio das autoridades policiais, tomando para si a responsabilidade de procurar pelo filho.

“Naquela noite, saí eu, minhas filhas e meu sobrinho, e a gente foi pro colégio, já tava de noite, tudo fechado... a gente gritou, perguntou às pessoas lá perto, ninguém tinha visto ele. Começamos a rodar a vizinhança, falar com os vizinhos, com os coleguinhas de colégio, mas ninguém viu o Marcel... eu peguei ônibus, falei com os motoristas, virei à noite fazendo isso. Aí, então, voltei pra casa, pensando que ele já devia ter chegado, mas ele, até então, não tinha chegado. Aí, eu fui pra Delegacia pra dar ele como desaparecido, mas lá eles não fazem nada e por isso essa é minha luta desde então”. (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

A angústia e o sofrimento desta mãe diante da falta de informação sobre o paradeiro do filho foram extremos e, na tentativa de resgatar o senso de controle da realidade e o sentimento de onipotência, Cleide arriscou sua própria vida durante as buscas pelo filho desaparecido.

“Eu passava mais tempo na rua do que dentro da minha casa. A minha vida era procurar, procurar, procurar o Marcel; eu não comia, não bebia, não conseguia dormir (...) No começo, eu cheguei até a fazer um cartaz com a foto dele e entrei na Rocinha. Tinha oito homens armados e pedi ajuda. Hoje já não faria, porque aquilo foi num momento de desespero, mas naquela época, de polícia a bandido, eu pedi ajuda a todo mundo! Eu já cheguei a separar briga de

cheirador de droga na rua enquanto procurava meu filho (...) a gente perde o medo quando tem um filho desaparecido.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Em outro exemplo, Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos de idade após ter saído para ir à banca de jornal, mobilizou rapidamente familiares e amigos no momento em que percebeu que a filha havia desaparecido.

“No dia que ela sumiu, eu comecei a ficar nervosa porque ela tava demorando muito. Eu fui até a banca e o rapaz disse que ela tinha já tinha saído, que ela voltou pelo mesmo caminho. Aí voltei na casa da minha irmã e ela não tinha voltado; fui na casa de outra colega e também não tava lá... eu subi, desci as ruas, procurei em todos os lugares que ela conhecia e que ela podia ter ido, e nada... foi aí que eu vi que alguém tinha pegado ela ali na volta pra casa, mas a gente ainda tinha esperança de ela ter ido até a casa do irmão, mas não foi. Eu já tinha ido na casa do meu filho mais novo e ela não estava... a gente perguntou pra todo mundo, pedimos pras pessoas lembrarem se não tinha tido nenhum acidente, nenhum atropelamento ali, mas ninguém viu nada... a gente procurou nos lugares onde tinha menino de rua. Depois fomos na Delegacia, mas ainda passamos muito tempo procurando... a gente andava a noite inteira, o dia inteiro... meus filhos iam andar comigo madrugada adentro, todo mundo morto de cansaço, mas sempre procurando. Imagina andar toda noite pensando que ela podia estar sendo usada pra se prostituir... é duro (choro). Meus filhos foram várias vezes no IML, porque eu não tinha coragem de entrar lá não (...) você busca uma resposta, né, mesmo que seja o corpo... e até hoje estamos nessa busca.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Nas primeiras semanas e meses, segundo Lloyd e Zogg (1997), muitos pais abdicam de seus horários de alimentação e descanso, bem como modificam a rotina de trabalho e lazer para procurar pela criança desaparecida. Este dado também foi constatado em nossas entrevistas, como no caso de Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida aos 11 anos de idade após ter ido ao mercado.

“... saímos de casa pra procurar, procuramos tudo! Do primeiro dia aos primeiros meses, eu saía do serviço à noite, andava pela cidade toda, eu e minha irmã. Todo dia a gente fazia isso... chegava em casa 04:30 da manhã e já tinha que estar de pé às 07:30 pra ir trabalhar de novo. Era muito difícil! A gente ia pra esses lugares que tinham mais meninos de rua, né? Eu fui na casa de tanta gente por aí, procurei muito... aí tinha que voltar pra casa, né? Meu Deus, eu fiquei tão ruim, tão mal, que eu não conseguia fazer nada dentro de casa. No começo, eu achei que ia ficar louca! A minha cabeça parecia que ia explodir... quando começava aqueles temporais, aquela chuva forte, eu entrava em desespero, eu chorava a noite todinha. Eu achava que ela poderia estar no meio da rua, sozinha, sem comer, sem cobertor, sem ninguém. Você acha mesmo que vai ficar louca porque não saber nada sobre um filho, que saiu de dentro de você, é muita dor pra uma mãe sentir.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Como constatamos, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas mães nas primeiras semanas após o ocorrido era voltar para a casa, pois além de ser um ambiente repleto de lembranças do filho desaparecido, reafirmava dia a dia que a criança continua ausente. Olga, mãe de Iara; Vanessa, mãe de Isabela; e Fabiana, mãe de Paula, atestam este dado.

“Foi horrível voltar pra casa e não ter mais a minha Iara... você reza pra chover, porque ela tinha medo de chuva, de raio, de trovão... ela tinha medo de mendigo... você fica rezando pra ver se acontece alguma coisa assim, pra ver se volta pra casa (...) fica agoniada com notícia de criança achada morta na TV, chora toda vez que vê uma criança sofrendo, fica supersensível pra tudo. Não tinha fome, nem sede, nem queria mais trabalhar... minha vida era buscar minha filha (choro).” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

“Foi um desespero imenso, não tem como explicar. Gritaria, desespero. Quando você chega em casa, não consegue dormir, não consegue comer... me obrigaram a comer, mas foi tão difícil pra mim... eu não tava aceitando nada mesmo, eu tava me alimentando só com água... eu passei muito tempo ruim com a falta da minha filha... até porque ela esteve ruim, com começo de pneumonia, ficou internada 10 dias e minha preocupação também era essa, de não saber como é que ela tava... é um desespero que não dá pra explicar. Ficava lembrando de como não consegui segurar ela direito, tudo vem na cabeça, é muito difícil!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“Nos primeiros dias é pior. No começo, foi muito difícil... quando eu voltei pra casa, eu não conseguia entrar dentro de casa, tudo lembrava ela, ficava desesperada, ninguém queria ficar em casa comigo porque eu ficava lembrando dela. Aí eu ficava sozinha, chorando o dia inteiro, sentindo aquela dor forte no peito, né? Eu não conseguia dormir, não deixava ninguém dormir também, foi muito difícil...” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Concluimos, corroborando com os achados por Lloyd e Zogg (1997), que nossas participantes apresentaram, como primeiras reações frente ao desaparecimento de seus filhos, negação, choque, entorpecimento, desespero, angústia e medo, seguidas de ansiedade e pró-atividade na busca por informações que lhes dessem pistas sobre a localização da criança.

Mas, se a perda é ambígua, pois não se sabe ao certo o que aconteceu com o familiar ausente, e o desaparecimento pode se estender durante meses e até mesmo anos, o que sucede este período inicial? Como reagiram as mães ao longo dos primeiros doze meses após o desaparecimento de seus filhos?

4.1.2

Primeiro ano de desaparecimento

... a maioria das pessoas que sofre uma perda incerta (...) a curto ou a longo prazo, muda sua percepção sobre a condição do membro da família que está ausente física ou psicologicamente. À medida que a ambivalência e a negação enfraquecem, os membros da família passam a aceitar que a perda ambígua está aí (...) dão valor à situação, tomam decisões e atuam. (Boss, 2001, p.105).

Quando ocorre a morte de uma criança, espera-se que os pais expressem sentimentos condizentes ao papel que exerciam junto à criança por um período de tempo também estabelecido pelo grupo no qual os genitores estão inseridos. Dentre as reações socialmente previstas para as mães podemos citar tristeza, desespero, angústia e, principalmente, culpa, amparada na crença de que as mulheres são responsáveis pela proteção de sua prole (Caselatto & Motta, 2002).

O primeiro ano após o desaparecimento, segundo Lloyd e Zogg (1997), é o período mais difícil e conflituoso para os enlutados, em especial nos casos de desaparecimento. Os sentimentos de tristeza, desespero e medo, geralmente apaziguados pelo tempo nos processos de luto normal, permanecem praticamente inalterados nos casos de perda ambígua, pois as incertezas e indefinições continuam presentes por tempo indeterminado.

Em nosso estudo, diversos sentimentos foram citados pelas mães como presentes durante o primeiro ano após o desaparecimento de seus filhos. Estes serão apresentados de acordo com sua incidência nos relatos, a começar pelo sentimento de culpa, o mais citado pelas entrevistadas.

a) Culpa

Caselatto (2002) ressalta que o sentimento de culpa é muito comum em mães enlutadas, e este pode ser vivenciado de diferentes formas. A autora afirma que, além do sentimento de culpa pelo fracasso no desempenho do papel parental, há a culpa pela morte da criança, baseada na crença das mães de terem contribuído para o falecimento ou por terem falhado na proteção da mesma (omissão ou condescendência); a culpa moral, baseada na crença de que está sendo punida por

alguma violação moral, ética ou religiosa; a culpa por estar viva ao invés da criança; e, em alguns casos, a culpa pela forma como sente e expressa seu luto.

Nos casos de desaparecimento, Lloyd e Zogg (1997) constataram que sentimentos de culpa e de fracasso no cumprimento das funções de cuidado e proteção dos filhos, apareceram de forma exacerbada no discurso de suas entrevistadas. Algumas mães referiram-se ao fato de a criança desaparecida ser plenamente saudável, o que não as “alertou” sobre a possibilidade de que pudessem perdê-la, além do sentimento de impotência por não saber o paradeiro da mesma.

A imprevisibilidade da perda suscitou nestas mães perguntas como: teriam nossos filhos sofridos maus-tratos, violência física e/ou psicológica? O que teriam suportado? Teriam sobrevivido? Estes questionamentos aumentam a sensação de fracasso e geram mais culpa por crerem não ter protegido adequadamente a criança.

Podemos afirmar, portanto, que em caso de desaparecimento de filho, assim como nos casos de morte, surgem sentimentos de culpa; porém, exacerbados pela falta de certezas e prognósticos próprios à situação. Este dado havia sido constatado no estudo realizado com mães de crianças desaparecidas, no qual Alvarenga e Villaherrera (2004) constataram que

... dada a concepção que se tem acerca do desempenho do papel materno, o sentimento de culpa estava mais arraigado nelas. As mães viviam a separação como uma experiência traumática e (...) sentiam que haviam fracassado no desempenho de seu papel esperado (...) não podem assimilar a perda porque ficam à espera do regresso do(a) filho(a). (p.69)

Em nosso estudo, embora algumas participantes digam não saber o que poderiam ter feito para evitar o desaparecimento, sentem que, se tivessem se comportado de forma diferente, a criança ainda estaria presente na família. Este dado havia sido constatado em pesquisa realizada por Kordon e Edelman (1987), que afirmam que “... frente a toda situação de perda, tende-se a pensar que deveria-se agir exatamente ao contrário do que se fez. Nos casos de desaparecimento, este sentimento é ainda mais forte e devastador” (p.44).

Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade, exemplifica bem o dado encontrado pelas autoras. Em sua fala, vemos que esta mãe carrega, ainda hoje, toda a culpa pelo desaparecimento da filha, pois crê que poderia tê-lo

evitado se simplesmente tivesse ido, ela mesma, fazer as compras. O sentimento de culpa é reforçado pelas acusações de seu marido, que também a responsabiliza pelo desaparecimento da menina.

“O meu esposo achou que eu era culpada, porque ele acha que eu que devia ter ido no mercado, não ter deixado ela ir (choro) e eu me senti culpada mesmo, muito... e até hoje, eu ainda tenho essa culpa. Se eu tivesse ido, nada disso tinha acontecido (choro).” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

No caso de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade em um final de semana que estava na casa da tia materna, o sentimento de culpa foi vivenciado logo após o desaparecimento da menina e, embora esta mãe afirme não mais senti-lo, dizendo acreditar na fatalidade do acontecimento (“... *poderia ter acontecido a qualquer pessoa*”), ainda é possível perceber sinais de que este sentimento não está totalmente dissipado.

“Senti muita culpa; fiquei muito culpada no começo porque ela desapareceu no domingo e, no sábado, quando a gente tava esperando o ônibus, vinha muito meu ônibus e nenhum da minha irmã, e eu pensei assim: ‘Ah, vou levar as crianças comigo, não vai pra casa dela, não’, mas aí eu pensei que eles iam ficar irritados comigo, e eles queriam muito ficar na casa dos tios. Eu me senti muito culpada de ter deixado eles irem pra lá, mas eu sei hoje em dia que eu não tive culpa, mas se a gente pudesse voltar atrás, a gente mudaria muita coisa, faria muita coisa diferente... eu acho que nunca mais eu ia deixar meus filhos irem pra casa de ninguém, não sei... sei lá, acho que podia ter acontecido com qualquer criança da minha família, eu tenho vários sobrinhos, sou até tia-avó, então podia ser outra criança (...) mas foi com a minha menina, né?” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Foi possível notar em outros relatos que, nos casos nos quais as mães são culpabilizadas por outras pessoas pelo desaparecimento de seus filhos (como no caso de Zélia, citado anteriormente), a ambigüidade de sentimentos está ainda mais exacerbada na fala destas mulheres, pois ao mesmo tempo em que assumem esta culpa e acreditam que poderiam evitar o ocorrido, tentam encontrar justificativas como forma de se isentar desta responsabilidade.

Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta na praça do condomínio de sua tia, exemplifica bem, em sua fala, a dificuldade em lidar com a culpa (culpa que lhe é atribuída por si mesma e por outros membros de sua rede), assumindo-a e negando-a ao mesmo tempo.

“Se eu soubesse que isso ia acontecer, eu nunca ia ter deixado ela lá brincando na rua de bicicleta. Eu nunca imaginei que ela ia sumir num lugar assim, com grade de um lado e do outro do condomínio, só que, infelizmente, não tinha como eu saber. Eu acredito que o desaparecimento da Luíza não foi relaxamento meu, não foi! As coisas acontecem na realidade, acontecem até hoje porque, além da Luíza, sumiram outras crianças... não é porque a Luíza sumiu que foi culpa minha, por eu ter deixado ela ir brincar no parquinho, é que isso realmente está acontecendo, as pessoas estão levando as crianças... mas, se eu fosse adivinhar, não tinha deixado... essas coisas podem acontecer até quando a gente está junto, né? Então é uma fatalidade, que pode acontecer com qualquer pessoa, até hoje eu sinto isso. Meu ex-marido me culpa muito, acha que foi desleixo meu, mas ele não entende que não existe culpa, ninguém pode imaginar uma coisa dessas. A mulher do meu ex-marido também ficou falando que eu era culpada da Luíza ter sumido! Muita gente acha isso, até gente da minha família achou quando ficou sabendo que ela tinha sumido. Eu soube de uma tia minha que falou que a Luíza sumiu porque eu largava ela lá e ia pro bar ficar tomando cerveja, e isso é mentira! Sempre a crítica... tem muita gente que acha que eu tava no bar enchendo a cara, e que se eu estivesse lá, não ia ter acontecido, ela não ia ter desaparecido, mas podia acontecer sim (...) mas, às vezes, eu acho que se eu não tivesse deixado ela lá, não ia ter acontecido, né? Não dá pra saber.”
(Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Em relato semelhante, Fabiana, mãe de Paula, desaparecida de forma misteriosa, aos 10 anos de idade, após ter saído para comprar jornal, fala sobre as acusações feitas pelo ex-marido e tenta responsabilizá-lo também, mesmo que indiretamente, pela seqüência de eventos que levaram ao desaparecimento da menina, numa tentativa de amortizar o próprio sentimento de culpa.

“Quando a gente ficou na casa da minha irmã, a gente podia ter ido embora, mas a Paula queria ficar pra ver o Desfile das Campeãs e eu achei que ela merecia, tinha ido muito bem na escola no ano anterior. Hoje eu sei que a gente devia ter ido embora. O pai dela fica dizendo que eu sou culpada do que aconteceu, que eu devia ter ido embora pra casa, não ter deixado ela andar sozinha, que era muito perigoso, mas eu falei pra ele que eu precisava trabalhar, porque aí dava um dinheirinho bom e ela já era mocinha pra ir até a banca, era na rua de baixo! Ele também me ajudava pouco financeiramente, e eu com duas meninas pra criar com aquela mixaria de pensão... todo homem culpa a mulher de tudo, né? Eu sei que, às vezes, eu acreditei que eu era culpada, porque você fica pensando que se tivesse ido com ela, ou não tivesse deixado ir, podia mudar alguma coisa, mas não foi descuido, eu não podia saber, não tinha como.”
(Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Já nos casos de Vanessa, mãe de Isabela; e Juliana, mãe de Bianca, o apoio dos maridos foi muito importante para que estas mulheres não se sentissem ainda mais culpadas. Porém, o sentimento esteve presente e podemos inferir que isto está diretamente relacionado ao fato de que, em ambos os casos, as crianças desaparecidas eram muito jovens (11 meses e 1 ano e 10 meses, respectivamente),

o que aumenta a expectativa social sobre as mães e os cuidados que estas devem ter para com os filhos.

A fala destas duas participantes é semelhante, e revela a tentativa de dissipar os questionamentos a respeito de sua qualificação para exercer a função parental ao ressaltarem o quanto eram carinhosas, cuidadosas e preocupadas com as crianças e que não deixavam os filhos sozinhos, corroborando com os apontamentos de Badinter (1985) sobre as expectativas de que as mães amem incondicionalmente seus filhos e consigam, de forma exemplar, protegê-los de todo e qualquer mal.

“Eu me senti culpada porque eu não devia ter saído com ela aquele dia, eu tinha que ouvir meu coração que tava pedindo pra eu não ir. Aí, eu me senti culpada, porque eu não tinha que ter ido, a gente só sai quando a gente tá com vontade; se não estiver com vontade, não é bom, porque alguma coisa tá pra acontecer... e aconteceu! Muitas pessoas me culparam, mas não falavam pra mim (...) perguntavam pro meu marido se ele achava que eu não tinha descuidado da minha filha, mas ele sempre disse pros outros que eu não era culpada, que isso pode acontecer com qualquer um, e os colegas dele sabem que eu não era distraída com as crianças. Eu nunca fui de abandonar meus filhos na mão de ninguém... ele e meus filhos são agarrados comigo... ele fala que não é culpa minha, que podia acontecer com qualquer pessoa e a nossa filha era muito agarrada com a gente, não ia com ninguém... aí as pessoas foram vendo que eu não sou mulher de largar filho, aí foram parando de falar essas coisas, mas a gente ainda sente que podia não ter acontecido, era só ficar em casa aquele dia...” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu não gostava de deixar ela na rua, não deixava ela brincar com ninguém, era ela e a irmã dela dentro de casa; se saía, saía comigo ou com o pai, não ia pra casa de ninguém, nem da minha família, nunca foi sozinha... nunca fiz assim: ‘Ah, toma conta dela aqui que eu vou ali rapidinho’, não, nunca gostei. Sempre levava ela, podia estar sol ou chuva, sempre levava ela... a gente era muito agarrado com ela. Aí quando some do portão da sua casa, você fica sem saber o que fez de errado... na época, eu fiquei muito culpada (choro). Eu nunca deixei ela na rua, foi a primeira vez que ela tava sozinha no portão, mas nisso meu marido me ajudou muito, ficou falando comigo, tirando isso da minha cabeça (...) mas é difícil, ainda tô tentando.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Além da culpa relacionada ao desaparecimento das crianças, algumas mães referiram-se à culpa por não conseguir localizar a criança como se, após terem falhado ao protegê-las, falhassem novamente ao não trazê-las de volta para casa, para a família. Um exemplo deste sentimento aparece na fala de Olga, mãe de Iara, desaparecida aos 9 anos de idade.

“Depois de cinco anos, é capaz dela estar achando que a gente nem tá mais aí pra ela, né? Isso me deixa muito mal, porque eu ainda penso muito nela, só não sei onde procurar... e não quero que ela ache que eu esqueci dela, nunca! Eu quero que ela volte, quero muito, mas não sei mais onde procurar, o que fazer, não consigo trazer ela de volta pra gente...é um sofrimento, uma culpa mesmo de não saber mais o que fazer, mas não é nunca falta de amor!” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Já no caso de Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida aos 11 anos de idade, após ter sido abordada por um homem desconhecido, o sentimento de culpa está relacionado ao fato de não ter aproveitado melhor o tempo que teve com a criança agora ausente. Como nos aponta Rando (1997), quando ocorre à morte abrupta e inesperada de uma criança (acontecimento este tão abrupto e inesperado quanto o desaparecimento) torna-se impossível às mães uma despedida e o fechamento de questões pendentes, gerando, conseqüentemente, sentimentos negativos como o de não cumprimento do papel parental quando a criança estava presente.

“Eu não tive minha filha comigo todo esses anos que ela sumiu (choro). Acho que o mais difícil, na verdade, foi ter ficado menos tempo com a minha filha por causa do trabalho, porque agora eu sei que nunca mais vou poder estar com ela, e aí bate aquele arrependimento de ter feito isso por tanto tempo. Não é culpa porque ela sumiu, mas culpa de não ter ficado mais com ela, não ter aproveitado mais minha filha.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Já no relato de Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, o discurso é oposto: a certeza de que cumprira adequadamente o papel materno ao cuidar e proteger os filhos a “exime” de qualquer sentimento de culpa como foi descrito pelas demais entrevistadas. Segundo a participante, justamente por ser uma boa mãe, não há porque se culpar pelo desaparecimento do menino.

“Tem muita mãe que se sente culpada porque acha que não cuidou, mas pode acontecer com qualquer pessoa, em qualquer lugar.... eu teria me sentido culpada se eu não amasse meus filhos, se não desse atenção a eles, deixasse eles jogados, gostasse de sair. Aí sim poderia me sentir culpada, mas, felizmente, não senti.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como podemos concluir, o sentimento de culpa se apresenta como um fator complicador para o processo de enfrentamento da perda para a maior parte destas mulheres. A crença de que poderiam ter evitado o desaparecimento dos filhos, o sentimento de fracasso no cumprimento da função materna, somado ao

desconhecimento do paradeiro da criança, fazem com que esta culpa não possa ser superada, impossibilitando que estas mães re-signifiquem a relação com o filho ausente e, como afirma Boss (2001), impedem também o fechamento de uma etapa fundamental para o restabelecimento do equilíbrio e continuidade da vida.

b) Reações somáticas

Após a perda de alguém significativo, reações físicas podem estar presentes, tais como alterações de apetite, sono e peso; dispnéia; choro; inquietação; palpitação; perda de libido; consumo de substâncias psicoativas, álcool e fumo; hipersensibilidade ao barulho; falta de ar; fraqueza muscular; falta de energia e maior suscetibilidade às doenças do sistema imunológico (Franco, 2002).

Nos casos de perda ambígua, estudos mostram que reações somáticas são bastante freqüentes, principalmente quando a situação permanece incerta e indefinida por longos períodos de tempo. De acordo com Boss (2001):

Qualquer que seja a causa da perda não resolvida (...) esta pode gerar sintomas estressantes. A ansiedade, a depressão, as enfermidades físicas e os conflitos familiares afligem com freqüência aos que não se adaptam a esta e não seguem adiante com suas vidas. O ausente, se não se realiza algum tipo de fechamento, permanece presente. (p.50)

Alvarenga e Villaherrera (2004), em estudo realizado com pais de crianças desaparecidas, constataram uma piora no estado global de saúde de seus entrevistados, os quais apresentaram diversas doenças psicossomáticas, tais como cefaléia; gastrite; taquicardia; alterações de sono (principalmente insônia) e apetite; tensões musculares; fadiga e, até mesmo, casos de câncer com surgimento relacionado à vivência traumática que não pôde ser elaborada. De acordo com as autoras,

A falta de informação sobre o paradeiro do menino ou menina desaparecido gera incertezas que modificam o luto, impede que as pessoas (...) integrem esta experiência em suas vidas (...) Este luto ambivalente caracteriza-se pela irrupção de manifestações psicossomáticas, que não estavam presentes antes do desaparecimento. (p. 171)

A principal diferença entre os casos de morte de um ente querido e os casos de desaparecimento reside na duração dos sintomas que, no caso de perda

ambígua, tendem a se estender por longos períodos de tempo, podendo não haver sequer remissão dos sintomas em decorrência das indefinições próprias à situação. O desaparecimento de um membro da família incapacita os enlutados de reorganizarem a vida, e as manifestações somáticas comprometem ainda mais o funcionamento global dos mesmos.

Em nosso estudo, 8 das 11 participantes referiram piora do estado de saúde após o desaparecimento dos filhos. Problemas cardíacos foram os mais citados entre as entrevistadas, especialmente hipertensão arterial, taquicardia e dores no peito. No entanto, todas as participantes apresentam uma série de sintomas combinados, apontando os riscos de um comprometimento global da saúde.

Nos casos de Nair, 59 anos, mãe de Olívia; e Olga, 47 anos, mãe de Iara, problemas de saúde pré-existentes somaram-se a novas patologias, o que nos aponta a intensidade do impacto deste acontecimento na vida destas mães.

“Eu não tinha condições de nada, fiquei muito ruim... eu tinha acabado de sair de um problema de saúde, mas com essa história dela desaparecer, eu fiquei doente novamente. Eu tinha uma artrite nervosa que ninguém dava jeito, e eu operei, mas quando ela sumiu, deu tudo de novo. Hoje em dia, eu vivo atacada de artrite, sinto dores muito fortes... também tenho problema no coração, pressão alta e tudo. Eu também emagreci muito... pra você ver, meu manequim era 20 de tão magra! Fiquei doente novamente... é muita coisa, muita coisa na vida de uma pessoa só (choro).” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

“Depois que a minha filha desapareceu, meu sistema ficou nervoso por causa da Iara e eu fiquei internada com hemorragia uns três dias. Operei, tive que tirar um mioma, tirei tudo na verdade (...) Eu fiquei com vários problemas de saúde, por exemplo: eu sempre fui hipertensa, mas depois que ela sumiu, piorou muito.” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Inapetência e alterações significativas de apetite e sono foram comuns a todas as participantes. Na fala de Juliana, mãe de Bianca, desaparecida aos 1 ano e 10 meses, podemos perceber a dificuldade de sua rede em compreender que seus sintomas eram uma das formas de expressão de seu sofrimento, diante da ausência da filha.

“Um médico me examinou porque eu não queria comer nem beber nada, tava sem vontade de nada, e ele disse que queria me levar pro hospício, mas eu falei pra ele: ‘Eu tô doente, mas não tô maluca. Eu tô chorando por causa da minha filha, mas eu não tô maluca!’”. Eu tava naquela situação por causa da minha filha, porque é uma coisa difícil, você acha que vai enlouquecer, e aí não tem fome nem sede, nem sono, nem nada” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

No caso de Eunice, mãe de Mariana, desaparecida aos 10 anos de idade, o emagrecimento exacerbado e a baixa resistência a doenças contagiosas levou a uma piora considerável de seu estado de saúde (atualmente sob controle).

“Eu adoeci logo que ela desapareceu, cheguei a pesar 35 quilos no primeiro mês, tava quase morta... várias vezes, tomei soro na veia porque não comia. As pessoas diziam que eu tinha que comer, que tinha que parar de chorar, que a Mariana estava bem, que ela não tava passando necessidade, mas quem garante?(...) Eu também peguei tuberculose, tudo depois do desaparecimento dela. O médico falou que foi por falta de cuidado, porque eu não comia e não dormia... mas agora já fiz o tratamento e tô boa, agora só revisão... já tô com 44 quilos, são quase 9 quilos, mas a tristeza ainda tá aqui, todo dia.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Já nos casos de Zélia, mãe de Amanda; e Vanessa, mãe de Isabela, sintomas como emagrecimento, dores de cabeça e aumento de pressão estão presentes desde o desaparecimento de suas filhas, mas são atualmente, segundo elas, episódicos, geralmente quando lembram ou pensam nas meninas.

“Quando começo a pensar muito em tudo que aconteceu, me dá muita dor de cabeça.... começa a me dar dor de cabeça, dor nas costas... aí eu começo a ficar agitada, tomo remédio pra pressão, vou deitar ou fico do lado de fora de casa... eu fiquei doente depois que ela desapareceu, eu sei, eu vou no médico ver a pressão e tá sempre alta e eu sei que foi depois dela sumir mesmo...” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“A pressão anda meio alta e eu até já falei pra minha médica que deve ser por causa de toda preocupação com a minha filha. Ela acha que eu emagreci muito. Às vezes, também, eu me sinto mal, passo mal, mas é de não ter mais ela brincando ali (...) aí a saúde da gente vai embora mesmo.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

No estudo realizado por Henderson e Henderson (1997), 37% dos entrevistados apresentaram problemas físicos após o desaparecimento de um ente querido. Dentre os participantes, alguns referiram dificuldades em falar sobre o ocorrido, manifestando somaticamente a dor e a angústia diante da ausência indefinida de seus familiares. Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, exemplifica o dado supracitado, associando a piora de seu estado de saúde à dificuldade inicial de expressar seus sentimentos.

“Eu virei hipertensa depois que ele desapareceu, tô tomando remédio controlado e tudo. Eu realmente tive meus problemas. Eu era uma pessoa normal, mas com o choque do desaparecimento do meu filho, eu não tive aquela coisa de extravasar e eu recolhi, e aquilo me causou a hipertensão... pra ter

noção, hoje eu também tenho uma dor na cabeça que eu tenho que tomar um comprimido todos os dias porque, se eu esquecer de tomar, eu posso vir a ter um AVC, ou simplesmente começo a sangrar pelo nariz. É assim, tudo depois dele sumir” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Assim como no caso de Cleide, Daniela, mãe de Luiza, desaparecida aos 8 anos de idade, refere grande dificuldade em extravasar seus sentimentos. Daniela, porém, passou consumir substâncias (álcool e remédios) na tentativa de amortecer a dor pela ausência da filha. Segundo Boss (2001), comportamentos autodestrutivos e abuso de substâncias (lícitas ou ilícitas) são muito comuns em casos de perda ambígua, principalmente quando o enlutado sente-se culpado pelo ocorrido, o que de fato ocorre neste caso.

“Quando minha filha sumiu, eu comecei a tomar remédio pra dormir, mas hoje eu só tomo quando eu tô com aquela insônia brava. Eu não deixei que o remédio me dominasse porque eu acho que a doença é a gente que coloca na gente mesmo, e as pessoas ficam muito dependentes, de muitas coisas... mas quando tá muito ruim de dormir, ainda tomo. Eu também comecei a beber mais depois que ela sumiu... até que, agora, eu diminuí, mas eu bebia de segunda a segunda... agora, só socialmente... tá, ninguém bebe socialmente, a gente é que se engana, mas agora só de final de semana. Acho que eu bebo mais naquela fase que você fica na depressão, mas agora só de vez em quando. Tem vezes que você tem vontade de chorar, que você não quer sair na rua, que você fica rindo, acha graça de tudo, não é? Quando eu tô muito triste, eu vou pra rua conversar, beber com os amigos, é assim que a gente consegue seguir em frente, não é?” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Daniela também refere perda importante da libido, relacionando, ela mesma, este sintoma ao desaparecimento de Luíza.

“Também não conseguia transar, não tinha tesão, pique nenhum, mas isso foi mais no começo mesmo, porque eu ficava imaginando que minha filha podia ter sido estuprada, e aí ficava vendo o rostinho dela e não conseguia ter relação.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Pudemos constatar, portanto, a presença de reações somáticas na maioria de nossas participantes, o que indica mais uma ambigüidade dos casos de desaparecimento: ao mesmo tempo em que sintomas físicos são formas de expressar a dor e o sofrimento pela ausência dos filhos, são também complicadores para o processo de enfrentamento da perda.

c) **Formulação de hipóteses**

Outra reação comum nos casos de desaparecimento é a formulação de hipóteses sobre o ocorrido. Nos casos de perda ambígua, as reações à ausência do ente querido são intensas, complexas e tendem a prolongar-se devido às características específicas deste tipo de situação. O familiar desaparecido não poder ser dado como morto, pois não há comprovação deste fato; ao mesmo tempo, sua ausência, assim como no já referido “teste de realidade” citado por Freud (1917), é taxativa, colocando familiares e amigos frente à constatação diária de que aquele que amam não está presente. Não há certezas, apenas dúvidas. Os enlutados vêm-se diante de um enigma e buscam respostas que possam ajudá-los a esclarecer esta situação tão indefinida.

A formulação de hipóteses sobre as causas e o paradeiro do ente ausente é, desta forma, uma reação comum e esperada frente à desorganização gerada pelas incertezas inerentes ao desaparecimento. No entanto, tentar encontrar explicações para a perda não é uma exclusividade dos casos de desaparecimento. Nos casos de morte violenta, os familiares também buscam justificativas para o acontecido, tais como informações sobre as causas, se o ente querido sofreu antes da morte e quem foi responsável pela perda sofrida. A particularidade nos casos de desaparecimento é que, como os familiares – em especial aqueles mais próximos à pessoa desaparecida – vêm-se diante de algo inexplicável, faz-se necessário o uso deste recurso para o enfrentamento da perda, seja para continuar investindo no objeto perdido, seja para desvincular-se do mesmo. De acordo com Boss (2001),

Os que experimentam uma perda ambígua estão cheios de pensamentos e sentimentos conflituosos. Temem a morte de familiar (...) que desapareceu de forma misteriosa há muito tempo, mas também desejam que esta espera tenha um fechamento e um fim. (p.65)

Ainda segundo a autora, os familiares buscam justificativas, provas ou ao menos indícios que os levem a alguma informação concreta sobre as causas do desaparecimento e o paradeiro daqueles que ainda aguardam, mas como não há fatos concretos, devem formular por si próprios as hipóteses que os ajudarão a suportar a inexistência de respostas. Boss (2001) chama este mecanismo de “aposta da família”.

Os membros de uma família que enfrentam uma perda ambígua não podem negar indefinidamente que algo mudou. Com o tempo, um parente, um amigo ou as próprias circunstâncias os pressionam para que definam a condição da pessoa desaparecida de uma maneira ou de outra. Então a família, baseando-se na informação disponível, tenta adivinhar o melhor que pode ser o desenlace possível de sua perda pouco clara. (p.93)

Em nosso estudo, apenas Vanessa, mãe de Isabela, desaparecida aos 11 meses de idade, tem absoluta certeza do rapto de sua filha, já que esta foi retirada de seus braços por uma mulher desconhecida, quando passavam uma tarde de domingo em uma piscina pública do estado. As demais participantes, no entanto, apenas suspeitam que seus(as) filhos(as) tenham sido levados(as) por estranhos - em alguns casos, estas suspeitas são baseadas em relatos de testemunhas; em outros, pela simples ausência de outra explicação que justifique o desaparecimento. Porém, algo em comum aterra todas estas mulheres, mesmo Vanessa: não há respostas sobre o porquê do desaparecimento, muito menos sobre a localização atual da criança.

Um dado relevante merece destaque nos casos de desaparecimento das crianças pequenas: Vanessa, mãe de Isabela; e Juliana, mãe de Bianca (11 meses e 1 ano e 10 meses, respectivamente) não admitem outra possibilidade que não o seqüestro das meninas com objetivo de suprir uma dificuldade pessoal de quem as levou (como a impossibilidade de ter filhos ou a perda recente de um) ou a venda para casais estrangeiros. A simples idéia de que meninas tão jovens possam ter sido levadas para algum fim inescrupuloso é rapidamente descartada por estas mães, como podemos ver em suas falas:

“... até hoje eu não sei o porquê disso. Eu fico me perguntando por que fazer isso com uma criança que nem falava nem andava ainda. A situação do jeito que tá é difícil... gente pegando criança pra matar (choro). Mas, pra mim, ela deve ter pegado pra vender ou então (choro) não posso nem pensar que ela pegou minha filha pra fazer alguma maldade, não!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio).

“Na minha opinião, ela foi vendida (...) também pode ter pego pra criar ou vender pra alguém no exterior, né? Só pode ser um ou outro, porque eu sinto que ela tá viva, eu sei que ela tá!” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio).

Podemos inferir que, ao pensar na morte ou, mais ainda, no sofrimento em vida que estas meninas podem ter vivenciado, sentimentos de culpa e impotência surjam com ainda mais intensidade, principalmente pelo fato de estas crianças

serem tão pequenas e indefesas, o que intensifica a idéia de que estas mães poderiam (e socialmente deveriam) ter protegido melhor seus bebês.

Como defesa, surge a negação da possibilidade de morte. Esta negação, de acordo com Lloyd e Zogg (1997), é mais intensa em casos onde não há nenhum indício sobre o que aconteceu com a criança desaparecida, e por isso pais, familiares e amigos têm uma maior “liberdade” para criar as hipóteses que os protegerão do sofrimento insuportável de imaginar o(a) filho(a) morto(a), que não conseguiram proteger.

Este mecanismo fica claro também quando observamos a fala das mães que têm filhos desaparecidos há muitos anos, como é o caso de Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade. Amanda fora abordada por um homem desconhecido que lhe ofereceu uma cesta básica e esta é a única informação disponível para a família.

“Ela foi no mercado comprar frango com o irmão, e nessa ida não voltou mais, só voltou o menino, ela não... quando ele chegou, eu perguntei: ‘Cadê a Amanda?’, e ele falou assim: ‘A Amanda não veio, ela foi com o homem pegar a cesta básica’. Pra mim, foi alguém conhecido... eu acho que ela só foi com esse homem porque ele devia ser alguém conhecido, porque senão, ela não teria ido... porque ele prometeu pra ela ir buscar a cesta e, como o menino disse, ela não foi à força, ela não foi chorando, mas, mesmo assim, eu acho que não levou pra fazer maldade; talvez pra tirar dinheiro em cima dela, com essas coisas de prostituição, né? Eu acho, as vezes, que ela pode não estar aqui no Rio... ou então, pra alguém que não tem filho criar, porque, na minha mente, não vem maldade dessas, tipo estupro ou pra matar. Eu nunca tive ela como morta, não, sempre viva (choro)”. (Zélia, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Podemos perceber que, assim como nos casos de Juliana e Vanessa, mesmo quando a criança não é mais tão jovem, as mães ainda crêem que, quem supostamente as raptou, não teria lhes causado mal maior – a morte. Este dado corrobora com os achados de Alvarenga e Villaherrera (2004) que afirmam que “...os familiares (...) vivem a angústia e a dor de não saber nada sobre o paradeiro de seus filhos, mas conservam a esperança de que estejam vivos e em boas mãos.” (p.85)

A idéia de usar as crianças em atividades ilegais como pedir esmolas ou para prostituição infantil foi citado com frequência pelas mães. Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos, exemplifica bem este dado. Esta mãe acredita que, pelo fato de a filha ter o corpo bem desenvolvido apesar da pouca idade, a única possibilidade de seu rapto é para que esta fosse usada em um esquema de

prostituição infantil, o que, de certa forma, “garante” sua sobrevivência, apesar de todos os anos em que está ausente.

“Só posso achar que ela foi vendida, né? Aliás, tenho certeza... ela era boba, a gente não deixava ela solta... ela só saía com a gente, só saía sozinha pra essas coisinhas bobas, sabe, mas senão, só saía com a gente, porque a gente metia medo nela com essas coisas de falar com estranho, ela tinha medo de tudo! Eu acho que quem levou ela foi gringo, porque ela sumiu numa segunda-feira de Carnaval, né? Ela era novinha, mas já tinha um corpo mais de mocinha, sabe? Já tinha peito e era muito bonita, de repente pra usar pra prostituição, e aí ela continua presa em algum lugar, servindo pra isso. É só isso que eu consigo pensar que podem ter feito com a minha menina.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

A mesma e única hipótese surge no relato de Nair. Sua filha, Olívia, tinha 11 anos na época do desaparecimento, e Nair relata ter ouvido de muitos a hipótese de que sua filha tivesse fugido, já que não era tão nova, mas esta mãe descarta rapidamente essa possibilidade. A simples menção de que Olívia pudesse ter desaparecido voluntariamente causa extremo sofrimento a esta mãe, e ameaça romper com a imagem idealizada da filha agora ausente.

“Eu acho que minha filha foi roubada, porque ela era uma menina muito calma, daquelas que vão de casa pra escola, da escola pra casa e pra igreja. Não é que nem as meninas que você vê por aí, que bagunçam, que só querem saber de rua. Ela gostava de ficar dentro de casa. Se ela fosse assanhada, daquelas que gosta de ficar na rua correndo, saindo, eu dizia e até aceitaria se me dissessem que ela fugiu, mas ela não era assim. Tiveram umas pessoas que falaram pra mim que ela podia ter fugido, mas isso é mais absurdo, sabe? Ela era uma menina que nem sabia andar de ônibus, só com a gente mesmo. Ela não andava sozinha, só ia acompanhada, e ela era linda, então a pessoa deve estar ganhando dinheiro em cima dela, só pode ser isso.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

No relato de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade, nota-se claramente o medo de que a filha possa não estar viva, fazendo com que mesmo a possibilidade de que esta esteja sendo explorada sexualmente seja mais desejável do que cogitar sua morte.

“Eu acho que levaram minha filha pra fora, ou mesmo aqui dentro do Brasil, mas em outro lugar, sabe? Fora do Rio de Janeiro, pra ganhar dinheiro com ela, porque ela era linda, muito linda. Eu acredito nisso, eu quero acreditar nisso porque se não for, eu sei que minha filha pode estar morta, e eu sei que ela não está, e eu vou achar ela!” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

A idéia de que a criança desaparecida possa ter sido morta é insuportável (especialmente se de forma violenta), e, por esta razão, dá lugar a outras hipóteses que, embora também causem grande sofrimento, mantêm a criança viva e, portanto, passível de ser localizada (Kordon e Edelman, 1987; Lloyd e Zogg, 1997; e Boss, 2001).

Em outro exemplo, podemos notar o esforço feito pelas mães para encontrarem explicações que justifiquem a indefinição prolongada que vivem desde o desaparecimento de seus filhos. Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade, admite ter pensado inicialmente que sua filha pudesse ter sido morta, pensamento rapidamente substituído pela certeza de que a menina está sendo explorada física e/ou sexualmente por adultos inescrupulosos. Para amenizar o sofrimento por não conseguir recuperar sua filha, Daniela formula outra hipótese sobre o caso: a de que Luíza esteja enclausurada, justificando, desta forma, o fato de ainda não ter sido localizada.

“No começo, quando a gente começou a entender o que tava acontecendo, a gente pensava só besteira, que tinham pegado ela pra estuprar, que ela tava morta... a gente só pensava isso. A primeira coisa que vem na cabeça é isso, que ela foi estuprada, que foi estupro... essa hipótese a gente tenta tirar da cabeça porque é muito difícil, principalmente pro pai e pra mãe (...) Pra mim, ela tá viva e pegaram ela pra usar pra esmolar ou, às vezes, pra serviço doméstico, né? Tem muita gente carente que vive disso, sabe? Aí eu fico pensando isso... aí também fico pensando na hipótese de terem levado ela daqui pra fora, porque ela era uma morena bonita e a gente sabe que acontece... é uma coisa que a gente nem gosta de pensar, mas tem essas coisas... mas eu penso mais nisso, que pegaram ela pra trabalhar, pra esmolar, pra ganhar dinheiro em cima dela. A gente quer pensar que alguém pegou pra criar, né, mas uma pessoa que pega uma criança da idade dela não é pra criar. Acho que bebê sim, eles pegam como se fosse filho, mas com a idade dela era difícil, ainda mais porque ela é muito esperta. Por isso hoje a gente acha que ela tá presa, em cativeiro que nem eles falam, sendo muito vigiada (...) ela deve estar sendo dominada né?”
(Daniela, 37 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Olga, mãe de Iara, também formula a hipótese de que sua filha esteja sendo coagida e, por isso, nunca entrou em contato com a família. É possível perceber que, embora esta mãe se questione sobre o porquê desta longa ausência, jamais admite a possibilidade de a filha estar morta.

“A Iara sabia o telefone de todo mundo de cor, sabia os endereços... ela já tava na 4ª série! Ela poderia ter ligado pra mim... tem hora que eu não sei nem o que falar... é muito difícil... por que ela nunca ligou? Ela sabia de cabeça o celular da minha irmã, o celular da minha patroa, os telefones lá de casa... por isso eu não sei o que aconteceu... só se ela estiver presa, né? Ameaçada de

morrer, e aí não pode procurar a gente (...) mas morta não, não mesmo!” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Falas como as de Olga apontam na mesma direção dos apontamentos feitos por Boss (2001), que afirma que

As emoções contraditórias se acentuam quando uma separação tem um alto potencial de ser irrecuperável. Quando existe a possibilidade de não voltarmos a ver jamais um ente querido, nos protegemos da perspectiva de perder esta pessoa tornando-nos ambivalentes: mantendo-o mesmo ausente. (p.66)

Gabriela, mãe de Camila, desaparecida aos 11 anos, também exemplifica muito bem esta afirmação. A participante primeiramente apresenta sua hipótese de rapto da filha para prostituição ou para ser criada por outra pessoa.

“Ela desapareceu do nada, aí você tenta achar uma explicação. A única coisa que a gente sabe é que teve uma testemunha, um rapaz, que disse que viu a hora que ela saiu no portão e, nisso, um outro homem, de uns 25 anos, parou ela na esquina e ela foi embora com ele... essa testemunha viu ela saindo com esse homem e disse que ela tava chorando. Foi a última vez que viram ela (choro). Quando eu penso, eu acho que alguém levou ela pra criar ou pra usar ela na prostituição. Ela era uma menina bonita, mas muito medrosa pra algumas coisas... a gente sempre falava dessas coisas de gente que rouba criança e ela tinha muito medo, além de ser muito apegada a gente.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

No entanto, em outro trecho da entrevista, a falta de certezas, própria da situação de desaparecimento, gera conflitos sobre o que pensar e no que acreditar. Gabriela nega sua própria hipótese anterior ao dizer que, desde o dia do desaparecimento, sente que sua filha está morta.

“Pra mim ela já morreu, no dia mesmo que ela sumiu ou pouco depois, porque a gente sabe que homem adulto levando menina, ainda mais menina chorando, não pode ser pra coisa boa. Eu sei que ninguém vai pegar uma menina da idade dela que já sabe quem é pai, quem é mãe, pra criar, ninguém vai pegar. Eu acho que ela foi estuprada e morta e o rapaz disse que ela foi chorando, né? Ele só pode ter ameaçado ela, porque ela era uma criança muito medrosa, e ele só pode ter ameaçado ela e depois ter matado ela.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Para algumas mães, no entanto, ao serem questionadas sobre o que pensam ter acontecido com os filhos desaparecidos, não há hipóteses formuladas; apenas a crença de que, devido à ausência de um corpo que materialize a perda, seus filhos

ainda estejam vivos, o que as motiva a continuar as buscas. Este é o caso de Cleide, mãe de Marcel; e Eunice, mãe de Mariana.

“Às vezes eu fico pensando que, pra levar um garoto de um lugar movimentado, pode ter sido alguém conhecido. Falou: ‘Vem comigo que depois eu venho te deixar’... às vezes eu não acredito que alguém possa ter pego à força, pelo fato de ninguém ter visto. São muitas dúvidas, pra dizer a verdade, e pra nenhuma eu tenho a resposta, mas enquanto eu não achar o corpo, eu procuro por ele, todinho, vivo, pra ficar junto de mim de novo.”(Cleide, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

“Quando me pede uma explicação, eu ainda não cheguei nesse ponto, do porquê que aconteceu, do que aconteceu... eu penso que ela tá viva, e como eu nunca encontrei nada que pudesse dizer que ela tá morta, ela só pode estar viva! Se minha filha estivesse morta, eu já tinha achado alguma coisa... nunca pensei nela morta, nunca!” (Eunice, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Vimos, portanto, que a formulação de hipóteses – ou “aposta da família” como cunhou Boss (2001) – configura-se como um artifício fundamental para manutenção da integridade psíquica destas mães, que se utilizam deste recurso para manter viva a esperança de encontrarem vivos seus filhos.

A maioria das mães acredita que seus filhos estejam vivos, hipótese esta sustentada principalmente pela falta do corpo ou de quaisquer outros indícios de morte. Por acreditarem na vida de seus filhos mas não conseguirem localizá-los, estas mulheres comumente fantasiam que as crianças estão presas, acudadas ou mesmo fora do país. Como bem concluem Alvarenga e Villaherrera (2004), racionalmente, os familiares de crianças desaparecidas aceitam as diferentes possibilidades que podem resultar das buscas, mas, do ponto de vista emocional, mantêm acesa a esperança e a disposição para procurá-las por toda a vida.

d) Raiva e medo

Raiva, ódio e injustiça de um lado; medo, de outro. Estes são sentimentos freqüentes após o desaparecimento de um filho, especialmente quando não há pistas sobre o que realmente aconteceu com a criança. Segundo Kordon e Edelman (1987) estes sentimentos estão relacionados, principalmente, à impotência causada pela ausência prolongada do ente querido, e podem ser transformados em motivação para que os envolvidos encontrem forças para buscar o familiar desaparecido.

Em nosso estudo, estes sentimentos surgiram nos momentos seguintes à constatação do desaparecimento; em geral, dirigidos à pessoa que pudesse ser responsável pelo ocorrido, mas também aos membros da família e da comunidade. Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, demonstra estes sentimentos de inconformidade e raiva, mesmo sem saber quem poderia ter raptado sua filha de apenas 1 ano e 10 meses.

“Eu não me conformo com isso dela, de repente, ter sido vendida, porque ela tem que ser criada pela mãe... eu queria que ela fosse criada por mim, não me conformo! Mesmo que a pessoa tenha pegado por amor, porque gostou dela, pra cuidar, eu acho que ninguém tem o direito de tirar a filha da mãe, ninguém! O único que tem direito de tirar é Deus; o ser humano não tem direito de tirar ninguém, ainda mais um filho de uma mãe! Acabar com uma família, tirar a estrutura, não é certo porque acaba com a gente (choro intenso).” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

No relato de Zélia, a raiva do homem desconhecido que levou sua filha Amanda, de apenas 9 anos, foi intensa, e seu desejo era de matá-lo com suas próprias mãos: *“Eu queria vingança, queria vingança... quem levou ela, eu queria ver o fim, mesmo que eu tivesse que fazer eu mesma”*. Zélia também teve episódios de muita raiva e descontentamento na relação com o marido e com os filhos, comportamento descrito por Henderson e Henderson (1997) como forma de descarga dos próprios sentimentos de fracasso e impotência.

Já no caso de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade de uma feira livre, a prisão de um culpado seria, segundo ela, *“...um castigo pior que a morte”*. Sua fala demonstra a importância de um fechamento e, em sua concepção, isto seria possível se o culpado fosse responsabilizado pela dor causada a ela e a sua família durante todos esse anos.

“Eu quero saber realmente o que houve com a minha filha (...) mesmo que tenham matado ela, eu preciso saber, mesmo que tenha sido isso, é uma coisa que você precisa saber! Eu espero que essa pessoa apareça e seja punida; quero que essa pessoa que levou minha filha pague pelo que ele fez, seja preso pelo que ele tiver feito com a minha filha, e eu tenho certeza que ele não pegou só minha filha, porque a pessoa, pra fazer uma coisa dessa, já fez com outras crianças, e ele tem que pagar. Eu quero que ele seja preso, que ele diga onde está minha filha, o que ele fez ou deixou de fazer com a minha filha...só assim eu vou conseguir ter sossego de novo na minha vida e com a minha família.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Já em relação ao medo, Kordon e Edelman (1987) definem o desaparecimento de um ente querido como uma situação-limite, que gera pavor e desespero nos enlutados, levando, conseqüentemente, à desestruturação individual e familiar dos mesmos. De acordo com as autoras, frente às incertezas que rondam estes casos, é comum que os envolvidos expressem medo intenso, em especial quando admitem a possibilidade de que seus entes ausentes possam estar sofrendo maus-tratos (físicos e/ou psicológicos) ou até mesmo estejam mortos.

Em nosso estudo, as participantes expressam claramente este medo, em especial as mães cujos filhos estão desaparecidos a muitos anos. Vejamos os exemplos de Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade; e Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade.

“Eu não consigo imaginar o que ela tá fazendo agora... às vezes eu penso que ela tá passando necessidade, ao mesmo tempo, eu acho que não tá... eu penso em por que ela não entra em contato, porque ela sabe ler e escrever, ela sabia o telefone de casa (...) tudo eu penso, mas não tenho resposta de nada! Eu penso nisso e, às vezes, me agonia... se ela tá passando necessidade ou não (choro). Quando levanta de manhã, levanta todo mundo junto, e ela não tá na caminha dela, e você lembra de novo... a todo o momento eu tô lembrando né? Dá um medo na gente, um sentimento ruim. É tudo tão difícil. A gente muda muito depois disso tudo...” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“A coisa fica dentro de você: se tá comendo, se tá bebendo, se estão fazendo maldade com ela... é uma coisa que eu tentei tirar da minha cabeça, todas as mães tentam, mas você, às vezes, pensa, e isso é assustador, né? Eu tento me distrair, não pensar, porque isso faz mal. Eu tento desviar o pensamento disso, mas nem sempre a gente consegue escapar!” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Nos casos de Juliana e Vanessa, as filhas eram muito jovens quando desapareceram (1 ano e 10 meses e 11 meses, respectivamente), gerando nas mães um medo maior de que a criança mude fisicamente, impossibilitando assim seu reconhecimento.

“Eu tenho medo porque ela tá crescendo e eu penso assim: ‘Ai, meu Deus, e se eu vejo ela na rua e não reconheço, porque criança cresce rápido! E se as fotos não tiverem mais boas, porque ela já cresceu... e se não der mais pra reconhecer ela? Eu tenho medo das pessoas não saberem que é ela.... ela não vai mais ser mais a mesma (choro).” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Se não acha na primeira semana, aí a gente vai ficando cada vez mais agoniada, porque a criança vai mudando, né? Como que fica pra reconhecer? Isso me preocupa, tenho medo disso!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Cleide, mãe de Marcel, refere-se a outro temor: o medo de fracassar em sua busca pela localização do filho, desaparecido aos 6 anos de idade. Novamente, vemos imperar a expectativa de onipotência materna, referida por Badinter (1985), que fala sobre o papel da mulher como aquela que deve se responsabilizar pela sua prole, e a expectativa social de que uma mãe nunca abandone seu filho.

“O sentimento que mais vem é medo. Eu tenho medo, como todo mundo tem, e o que me dá mais medo é, principalmente, de fracassar, de eu não chegar a encontrar, eu tenho medo disso... talvez eu tenha medo de encontrar também; de, um dia, me deparar com a crueldade que podem ter feito com o Marcel, mas nem isso me pára... talvez essa coragem que eu tenho acabe se, um dia, o Marcel aparecer morto, mas se isso for, eu sei que eu fiz a minha parte (...) então eu vou estar preparada, porque eu sei que eu fiz a minha parte.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como pudemos perceber, o medo é um sentimento comum às mães, e está relacionado principalmente às incertezas sobre a localização e ao estado de saúde de seus filhos e de que não sejam capazes de recuperá-los (por não terem sucesso nas investigações ou por não os reconhecerem após anos de ausência), falhando novamente em seu papel parental.

e) Sonhos

Sonhos com os entes queridos, logo após o desaparecimento, são comuns, de acordo com Lloyd e Zogg (1997), principalmente quando as causas do desaparecimento apontam para casos de rapto por estranho e/ou que levem os familiares a crer que aquele que está ausente possa estar sofrendo maus tratos, violência ou abuso. Em nosso estudo, 4 mães relataram ter sonhado com os filhos, e mostram a ambivalência entre o medo da perda ser definitiva e a esperança de um dia reencontrá-los.

No caso de Zélia, 44 anos, fica claro que esta mãe teme que a filha tenha sido violentada, já que Amanda fora abordada por um homem desconhecido (além de Zélia descrever a filha como “... *uma menina com corpinho de mulher*”). Em seu primeiro sonho, um final trágico para Amanda, mas depois, todos os sonhos

sugerem o reencontro entre mãe e filha, mantendo viva a esperança desta entrevistada.

“Quando eu cheguei da Delegacia, fui dormir e tive um pesadelo que eu encontrava ela morta (...) encontrava ela num jardim, com aquele gramado todo verde e cheio de rosas brancas, tudo branquinho, e ela pelada lá, morta(choro), mas foi só esse sonho que eu tive... o resto, quando eu sonho com ela, é só com ela chegando... eu não chego a sonhar muito com ela, mas, às vezes que eu sonho, é com ela chegando em casa... não é encontrando ela em lugar nenhum, é ela chegando em casa, pedindo comida, com fome” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

O medo de que os sonhos sejam uma visão do que de fato aconteceu com os filhos desaparecidos amedronta estas mulheres, e gera ainda mais sentimentos ambíguos: sonhar com a criança torna-se, ao mesmo tempo, um desejo e um temor de que este se transforme em realidade, como no caso de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade após ser levada por um homem desconhecido de uma feira livre.

“Eu sonhei com um homem dizendo que queria levar minha filha pra longe, que não ia mais me devolver ela, mas nunca mais sonhei com ela. Acho que é o medo de não ver mais que faz a gente querer muito sonhar, mas aí, quando sonha, nem sempre o sonho é bom.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Nair, mãe de Olívia, também teme que seu sonho possa ser uma visão do que aconteceu com a filha, e tenta negar esta possibilidade, alegando que o ser humano cria suas próprias fantasias que aparecem através do conteúdo onírico.

“Eu sonhei só uma vez com a Olívia depois que ela desapareceu e ela tava morta, só morta (choro). Eu só queria saber se ela realmente morreu, porque eu vi no sonho, mas não sei se é de verdade ou só sonho. A maldade do homem é muito grande, não dá nem pra imaginar o que poderiam ser capazes de fazer a outro ser humano e aí a cabeça cria umas coisas e, às vezes, a gente sonha...” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

O mecanismo de negação também age neste momento, pois acreditar no sonho seria acreditar no fim, na morte da filha. Corroborando com o que foi postulado por Lloyd e Zogg (1997), Nair busca de todas as formas manter sua esperança e repudia o sonho, pois crer no mesmo seria desistir da busca e, conseqüentemente, desistir de Olívia.

Mas há também a esperança proporcionada pelos sonhos. No caso de Eunice, mãe de Mariana, o sonho que teve com a filha é, segundo ela, um prenúncio de seu retorno, com data marcada. Isto mantém viva a esperança e a impede de vislumbrar qualquer outra possibilidade que não a do reencontro entre elas.

“Eu um dia dormi depois do almoço e eu vi ela e a Miriam sentadas num lugar e vinha um repórter entrevistar ela; ela com cabelo preso, com uma trancinha que ela adorava que fizesse no cabelo dela, e o repórter perguntava: ‘Quando você reapareceu?’ e ela respondia assim: ‘Eu reapareci dia 13 de Maio’; aí ele dizia: ‘Mas por que você não apareceu antes?’, e ela dizia: ‘Não, eu ia vir dia 11, mas eu vim agora, no dia 13’. Foi uma prova pra mim de que está viva, sonhar com ela foi muito bom!” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Vemos, portanto, que o sonho é tão ambíguo como os demais sentimentos presentes nas falas das mães pois, ao mesmo tempo em que possibilita “ver” a criança, pode causar ainda mais ansiedade e tristeza, de acordo com o desfecho do mesmo.

Concluimos que, diante do desaparecimento súbito e misterioso de seus filhos, todas as participantes apresentaram inicialmente reações de negação, choque, entorpecimento, desespero, angústia e medo. A negação da perda – reação mais freqüente no grupo estudado - baseava-se na crença de que aquela realidade não duraria mais do que algumas horas, dias ou meses. Após o choque inicial, foram citados pelas entrevistadas sentimentos como ansiedade, culpa, impotência, descrença, tristeza e raiva. Todos estes sentimentos, no entanto, contrastaram com a esperança, fé e determinação.

A certeza do reencontro, em especial, foi apontada por nossas participantes como o sentimento mais importante, que as manteve ativas na busca por informações do paradeiro de seus filhos. Por esta razão, a formulação de hipóteses – ou “aposta da família” – mostrou-se fundamental para manutenção da integridade psíquica destas mulheres, que se utilizam deste recurso para manter acesa a esperança de localizarem seus filhos.

Dentre os sentimentos vivenciados ao longo do primeiro ano após o desaparecimento, podemos destacar a culpa. A crença de que poderiam ter evitado o desaparecimento dos filhos, o sentimento de fracasso no cumprimento da função materna, somados ao desconhecimento do paradeiro da criança, fazem com que

esta culpa não possa ser superada, impossibilitando que as mães re-signifiquem a relação com o filho ausente. Como vimos, portanto, a culpa é um sentimento ambíguo pois, ao mesmo tempo em que as mulheres a sentem, tentam eximir-se desta ao buscar outras explicações para o desaparecimento de seus filhos. Mas a ambigüidade se faz presente em outras esferas da vida de nossas participantes, como, por exemplo, na saúde física.

Pudemos constatar a presença de reações somáticas na maioria de nossas participantes, apontando um dado importante: por um lado, os sintomas físicos são formas de expressar a dor e o sofrimento pela ausência dos filhos; por outro lado, dificultam ainda mais o processo de enfrentamento da perda. Os sonhos com a criança ausente seguem a mesma direção, deflagrando, da forma análoga, a ambigüidade vivenciada por estas mães.

Por fim, o medo, sentimento comum a todas as mães, relacionado às incertezas sobre a localização e ao estado de saúde de seus filhos, mas, principalmente, ao fato de que não sejam capazes de recuperá-los (vivos ou mortos), falhando novamente em seu papel parental.

Todos estes fatores apontam para a impossibilidade de re-significação e elaboração da perda, mantendo a criança ausente fisicamente, por tempo indeterminado, presente na vida destas mulheres.

4.2

Relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança

O desaparecimento de uma pessoa querida afeta todos os membros da família, demandando uma adaptação à nova situação e, conseqüentemente, a reorganização dos papéis dentro do sistema. Quando aquele que desaparece é uma criança, segundo Lloyd e Zogg (1997), os pais são os primeiros e mais impactados com a perda e, assim como nos casos de perda de filho por morte, “... tanto pai quanto mãe enlutados perdem um pedaço de si mesmos, que representava uma extensão garantida ao futuro e (...) vivem um sentimento de desilusão e desesperança.” (Caselatto, 2002, p.12).

O casal parental (que pode ser ou já ter sido um casal conjugal) certamente apresentará reações distintas diante do desaparecimento de um filho, já

que toda perda aciona os mecanismos individuais de cada um para o enfrentamento da mesma. Cabe-nos perguntar: como cada um reage? Que diferenças de expressão existem entre os sexos? O desaparecimento de um filho aproxima ou afasta os genitores, sendo estes casados ou não?

Estudos realizados junto a pais de crianças desaparecidas (Gosh & Tamarkin, 1988; Klass & Marwit, 1988; Riches & Dawson, 1996) foram unânimes ao apontar que o desaparecimento de um(a) filho(a) é um fator de risco para a saúde física e emocional do casal parental. Os resultados apontam sentimentos de culpa, impotência e vergonha diante da situação, independente destes estarem casados ou não.

Especificamente no caso de pais casados, Henderson e Henderson (1997) e Lloyd e Zogg (1997) avaliaram a relação do casal conjugal, constatando mudanças significativas após o desaparecimento do filho, em especial, falta de confiança no parceiro, diminuição ou cessação das relações sexuais e, em alguns casos, o rompimento da união após o ocorrido, motivado pelas diferenças no enfrentamento da perda.

Já em relação às reações individuais, Alvarenga e Villaherrera (2004), em trabalho realizado junto à família de crianças desaparecidas, verificaram que os homens geralmente mantêm-se afastados dos trâmites ligados ao processo de busca dos filhos.

Este distanciamento não se dá por desinteresse dos pais, e sim por serem estes ensinados que as funções de cuidado e proteção cabem às mães. Segundo as autoras:

Seus comportamentos não significam que não sentiram o desaparecimento de seus filhos e filhas, simplesmente cumpriam com o estereótipo de masculinidade que impede que os pais expressem, de forma aberta, seus sentimentos, e os condena a demonstrar uma conduta de controle emocional. Nesse sentido, sentem-se obrigados a transmitir força aos demais. Seguiam sua vida com aparente normalidade, isto é, continuavam desempenhando seus trabalhos. (p.69)

No presente estudo, as entrevistas foram realizadas exclusivamente com mães de crianças desaparecidas, não sendo possível investigar o impacto do desaparecimento de um filho sob a perspectiva do pai (ou figura paterna). Porém, a fim de avaliarmos a relação conjugal, perguntamos às entrevistadas como elas

perceberam as reações destes homens, e, posteriormente, se sentiram-se apoiadas pelos mesmos.

Dentre as participantes, apenas 1 é solteira, não tem certeza sobre a identidade do pai de sua filha e não possui companheiro atual; e 2 são separadas, não têm contato com o pai da criança e não possuem companheiro atual. Ademais, 4 são casadas e 3 são divorciadas do primeiro casamento (pai das crianças desaparecidas), mantêm contato com os ex-maridos em decorrência do desaparecimento, e também possuem novos companheiros.

Para melhor compreensão deste aspecto, a categoria *relacionamento conjugal* será dividida em duas etapas: a) percepção da reação do pai frente ao desaparecimento do(a) filho(a); e b) suporte do parceiro atual (marido ou companheiro).

4.2.1

Percepção da reação do pai frente ao desaparecimento do(a) filho(a)

Nesta subcategoria, avaliamos como as entrevistadas perceberam a reação dos homens (pais biológicos) frente ao desaparecimento da criança. Porém, citemos, inicialmente, alguns aspectos referentes às diferenças de gênero no enfrentamento do luto.

Segundo Franco (2002), homens e mulheres apresentam diferentes formas de expressar seus sentimentos frente a uma perda - em especial à perda de um filho - mas estas diferenças são mais sociais do que individuais, pois estão diretamente relacionadas aos papéis atribuídos ao masculino e ao feminino. Estas diferenças podem gerar conflitos na relação conjugal, como bem aponta a autora:

... a mulher apresenta com mais facilidade as expressões tradicionalmente reconhecidas como apropriadas ao luto (expressões emocionais reconhecidas como tristeza, recolhimento) enquanto que o homem vive seu luto pela ação (trabalha mais, cuida das questões práticas), o que leva, com frequência, a uma má interpretação acerca das reações de cada um. Estas diferenças são especialmente ressaltadas no caso de perda de filho, acarretando sérias dificuldades de comunicação entre marido e mulher. (p.31)

Corroborando com estas idéias, Oliveira (2002) afirma que os homens são menos autorizados socialmente a expressar sentimentos, sendo-lhes imputado o papel de lidar com as tarefas imediatas e práticas. Socialmente, os homens são

vistos, em geral, como os provedores, mesmo que a mulher ajude a complementar a renda familiar. Sob esta perspectiva, são educados e socializados para serem mais contidos emocionalmente e fisicamente periféricos nas questões emocionais da família. Na situação de luto, os homens comumente cuidam de questões práticas e retornam mais rapidamente ao trabalho. Já as mulheres têm a expressão dos sentimentos mais aceita e são educadas para assumir o papel de cuidar das tarefas sociais e emocionais na família, assumindo a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. Ainda segundo a autora: “Nossa sociedade ainda aceita melhor demonstrações de sentimentos vindas de mulheres e tende a mostrar-se mais restritiva com os homens.” (p.162)

Em nosso estudo, de acordo com o relato das entrevistadas casadas, a reação dos homens no momento do desaparecimento foi de descrença, desespero e impotência diante da confirmação do ocorrido.

Para alguns, como no caso do marido de Juliana, mãe de Bianca, desaparecida aos 1 ano e 10 meses de idade, a reação inicial foi à impossibilidade de realizar as tarefas cotidianas, em especial o trabalho, demonstrando, desta forma, sua dificuldade em lidar com a ausência da filha:

“... meu marido não gostava de deixar ela na casa de ninguém, então foi um choque. Ele fica ainda às vezes: ‘Por que Jesus?’, mas a gente fica sem resposta. Ele ficou muito triste, arrasado mesmo. Ele é motorista e ficou um mês sem trabalhar na época, mas depois voltou, né? Mas sente, sente pra sempre. Ele acha que ela foi vendida e que não tá mais no país, e aí ele sofre porque acha que a gente não vai mais ver nunca.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio).

Já no caso de Vanessa, que teve a filha Isabela de 11 meses tirada de seus braços por uma mulher desconhecida em uma piscina pública, embora a reação de seu marido também deflagre sentimentos de dor e angústia, foi através do consumo excessivo de bebidas alcoólicas que este pôde encontrar uma forma de lidar com seu sofrimento. Para Vanessa, o aumento na ingestão de bebidas pelo marido coloca-se como uma perda secundária, pois perdura até os dias de hoje, dificultando a relação do casal:

“... ele não acreditou, né? Foi aquele desespero... de noite, ele bebeu, resolveu beber a noite toda e eu fiquei lá, do lado dele... ele lá bebendo... eu disse pra ele: ‘Isso não adianta, você ficar aí bebendo, assim você não vai ajudar em nada’, mas ele precisava daquilo naquele momento, né? O que mais ele podia fazer? Ele ficou muito desesperado, mas, depois, perdeu a esperança mesmo (...)

desde então, meu marido começou a beber e ele não bebia. Agora ele é de beber de cair... Eu sei que ele começou a beber desse jeito por causa da tristeza dela ter sumido. Eles eram muito agarrados, mas isso aí complicou ainda mais a situação dentro de casa.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Lloyd e Zogg (1997) explicam que os membros de uma família que possui um ente querido desaparecido, muitas vezes, manifestam sua dor após algum tempo da perda através de comportamentos como hostilidade, consumo de bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas e até mesmo infringindo a lei, como meios de adaptação ao estresse e à dor. Em outras palavras, Boss (2001) afirma que, “... em uma tentativa desesperada de dominar a situação cujo controle escapa, as pessoas podem beber em demasia, comer ou dormir muito ou pouco, ou tornarem-se conflituosas.” (p.108)

O consumo de bebidas alcoólicas mostrou-se uma variável também em outros casos, como no de Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade:

“... meu marido ficou desesperado e foi procurar... quando ele parou de procurar, ele deitou no chão e não queria mais saber de nada! Foi um choque tão grande! Imagina, ele entrou em lugares que ele nunca tinha entrado na vida, ele fez coisas que ele nunca imaginou que ele ia fazer, falou até com bandido... foi muito triste, ele se desesperou! Hoje o negócio dele é só beber porque pra ele minha filha tá morta, ele já falou isso várias vezes, e pra esquecer ele bebe, mas ele não esquece... eu sei que ele bebe pra esquecer... de cara limpa mesmo, ele não fala, mas aí ele bebe pra ficar melhor... desde que ela sumiu é assim: ele não fala, ele bebe, e a gente vai seguindo. Eu sei que ele me ama muito e eu também ele, a única coisa que tem atrapalhado é a bebida.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Embora desespero, impotência e angústia tenham sido citados por todas as entrevistadas casadas como reações iniciais de seus maridos, segundo as participantes, estes sentimentos diminuiriam significativamente de intensidade ao longo do tempo entre os homens, o que é sentido por elas como um insulto à criança desaparecida e a elas mesmas, que continuam investindo nas buscas pelo filho ausente.

No caso de Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos, as diferentes formas de expressão do marido diante da perda interferiram negativamente no relacionamento do casal, criando um distanciamento entre os dois:

“Ele é durão, mas sofreu e se preocupa muito... todo ano no aniversário dele, ele lembra dela, mas não gosta de tocar no assunto... quando pergunta, ele fala que ela morreu, mas todo fim de ano ele sente muito (choro). Eu acho que é o jeito dele, o pensar dele, porque cada um tem um jeito e o dele é esse. Eu nunca pensei como ele, mas quando eu falava nela, ele saía de perto e chorava escondido... demorei muito pra entender isso!” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Zélia relata que o fato de o marido achar que a filha está morta a magoa e ela sente que não pode contar com ele. Podemos pensar que a forma deste homem lidar com a perda, após estes anos, se dá através da tentativa de desvincular-se de Amanda, a partir da crença de que esta está morta, mas isto vai contra a esperança de Zélia, causando um conflito entre os membros do casal. Estas diferenças, como vemos na fala desta participante, quase levaram ao rompimento da união conjugal:

“Pra ele, ela tá morta. Ele pensa o contrário de mim, porque ele acha que não é possível uma pessoa ficar sumida viva mais de quatro anos assim, sem ter uma conclusão. Eu fui pegando antipatia dele por causa disso, eu queria me separar dele porque ele acha uma coisa contrária da minha, né? (...) A gente não se beija muito, a relação de casal é mais ou menos, mas não penso mais em me separar dele... eu sei que nosso casamento mudou, mas foi depois do desaparecimento da Amanda. Eu gosto dele, mas sei que ele gosta mais de mim que eu dele.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Como podemos perceber a partir do caso de Zélia, há uma expectativa por parte das mulheres de que seus companheiros sintam a dor da perda dos filhos assim como elas sentem, dado anteriormente encontrado por Alvarenga e Villaherrera (2004), que afirmam que “...cria-se um mandamento familiar que dita que todos os membros do grupo devem viver a perda da mesma maneira.” (p.169). A impossibilidade de compreender e aceitar as diferentes formas de enfrentamento do luto gera conflitos entre os membros do casal, dificultando ou mesmo impossibilitando o diálogo entre as partes, o que, eventualmente, pode levar à dissolução do casamento.

Em relação aos casais já separados, foi possível perceber que as reações de luto dos pais estão relacionadas à qualidade do vínculo estabelecido entre pai e criança e não à quantidade de tempo dispensada na relação (Bolwby, 1990), já que estes homens, em decorrência do divórcio, não tinham mais contato diário com seus filhos antes do desaparecimento. No caso de Camila, relatado por Gabriela, a relação entre pai e filha era muito próxima e seu desaparecimento suscitou neste

homem claros sentimentos de dor e culpa, vividos ainda hoje, dois anos após o desaparecimento:

“... ele quase morreu, nem se fala! Eles eram muito ligados, era a filhinha do papai! Ele tava desesperado, só a culpa que ele carrega! Ele se sente responsável pelo que aconteceu e, até hoje, não se perdoa.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

No caso de Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos, a reação de seu ex-marido diante do desaparecimento da filha também foi de intenso sofrimento, deflagrando a qualidade da relação entre pai e filha:

“Eles eram muito apegados, ele adorava ouvir ela chamar ele de pai (...) ele ficou muito mal. É uma coisa que destrói a gente, tira o chão e ele ficou muito mal, muito mal mesmo, perdeu o rumo.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Uma constatação importante é que, nos casos em que o casal marital já havia se desfeito, a percepção das mulheres sobre a reação de seus ex-maridos sofre fortes influências de sentimentos de raiva, ressentimento e mágoa, existentes desde a dissolução do casamento, modificando a forma como estas mulheres percebem estes homens e seus comportamentos diante da perda. Melhor dizendo: embora estas mães refiram reações de dor, sofrimento e angústia por parte de seus ex-maridos, acabam enfatizando o sentimento de culpa (atribuída a si ou que atribui ao outro) pelo desaparecimento da criança.

Vejamos exemplos: Gabriela afirma que o ex-marido sofre mais do que ela por conta da culpa que carrega pelo desaparecimento de Camila, que estava em sua casa quando desapareceu. Porém, este homem não carrega apenas sua própria culpa como também é responsabilizado por Gabriela, o que pode intensificar os sentimentos negativos deste pai, dificultando ainda mais o processo de elaboração de seu luto:

“Eu nunca me senti como o pai dela. Ele não se perdoa até hoje pelo que aconteceu (...) Culpar ele eu não culpei, porque era uma coisa que podia acontecer tanto com ele como comigo, mas eu acho que ele foi descuidado, porque isso aconteceu uma hora da tarde e ele só foi dar falta dela às oito... se ele tivesse percebido logo, não sei... quem sabe podia ter feito alguma diferença, né?” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Já no caso de Fabiana, é o ex-marido quem a responsabiliza pelo desaparecimento de Paula, fazendo-a reviver sentimentos ruins existentes desde a separação do casal:

“Hoje a gente não conversa mais porque ele diz que eu era culpada pelo que aconteceu... homem não presta! Desde que a gente era casado é assim, ele me culpa até pelo fim do casamento! Ele me apronta poucas e boas e eu que levo a culpa? Não senhor, se a gente acreditar em tudo que os homens dizem, a gente é culpada de tudo que dá errado na nossa vida.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Alguns desentendimentos entre os ex-cônjuges podem chegar a extremos, como no caso de Nair, mãe de Olívia, que sequer contou ao ex-marido sobre o desaparecimento da filha:

“Ele é pai dela, só... desde que a gente se separou, nunca mais eu vi ele (...) Ele mora lá na Paraíba, nem sabe de nada do que aconteceu. Ele não ia se importar mesmo! Nunca quis saber de nada, é um fraco!” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Há também o caso de Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, que chegou a suspeitar que o ex-marido estivesse envolvido no desaparecimento do filho:

“... eu crio meus filhos sozinha; não vivo com o pai dele há três anos. A gente não se dava muito bem e ele não se conformava com a nossa separação. A primeira coisa que eu pensei foi que ele teria pegado meu filho pra me atingir, porque ele sabe que a única forma de mexer comigo é através dos meus filhos. Ele tentou me matar três vezes, ele é uma pessoa de uma ignorância total, que não tem diálogo. Eu pensei que ele tivesse pegado pra me dar um susto, mas depois vi que ele não estava envolvido.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Após a suspeita inicial (a qual mostrou-se infundada), Cleide acredita, atualmente, que o ex-marido não sofra pelo desaparecimento de Marcel, pois já constituiu nova família e não tem contato com os outros filhos. Esta percepção está, indiscutivelmente, relacionada ao conturbado relacionamento entre eles, permeado por violência e ressentimentos.

Em casos como os de Nair e Cleide, é possível perceber que a separação conjugal deixou marcas profundas nestas mulheres, e para desligar-se destes homens, transformaram o amor em ódio, afastando-os também de tudo que diga respeito ao desaparecimento das crianças. A concepção a forma como estes lidam

com seu luto é claramente deturpada por sentimentos ainda remanescentes de uma difícil separação conjugal.

Outro caso envolvendo fortes sentimentos de mágoa e ressentimento é o de Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta próximo à casa de sua tia. Embora Daniela tenha se reaproximado do ex-marido após o desaparecimento da filha, a participante sente-se extremamente incomodada pela presença constante da nova esposa dele (que fora sua amante quando este ainda era casado com Daniela).

O motivo do divórcio foi justamente a infidelidade, e a mágoa em relação ao ex-marido por ter-lhe traído parece influenciar negativamente a forma como esta mulher percebe as reações deste frente ao desaparecimento da filha:

“Eu e meu ex-marido não somos amigos, mas ele me ajuda, e isso é positivo, né? (...) A reação dele foi das piores possíveis, ele ficou muito nervoso, mas ele ajudou muito, procurou muito e até hoje ele também não desistiu, ele continua procurando ainda (...) mas a gente só fala o necessário, a gente nunca sentou pra conversar muito sobre o que aconteceu, ele me culpa, sempre, mas culpado é ele que até me traiu, traiu... aí hoje, a mulher dele não dá chance pra gente conversar... o problema dele é essa mulher; se ele não tivesse com ela, tudo seria mais fácil.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Como vimos, na maioria dos casos, as entrevistadas percebem que o pai da criança sofreu um impacto inicial abrupto pelo desaparecimento do filho, mas parecem desqualificar as formas como estes passaram a expressar seus sentimentos ao longo do tempo. As mulheres, por esta razão, acabam sentindo-se sozinhas em suas próprias angústias e anseios.

Podemos concluir que a percepção das mulheres em relação à reação dos pais diante do desaparecimento de um filho está diretamente relacionada à relação afetiva que mantêm (independente de serem casados ou separados na ocasião do desaparecimento) e à expectativa de que estes expressassem seu luto da mesma forma que elas, considerando-os inadequados e/ou negligentes por não o fazerem (seja pela duração dos sentimentos e/ou pela intensidade dos mesmos).

Este “descompasso” entre os membros do casal parental pode aumentar o grau de desestruturação emocional que vivenciam estas mulheres. Além disso, a forma como percebem a reação dos homens, ao longo dos anos, também pode modificar a sensação de apoio que recebem destes, como veremos a seguir.

4.2.2

Apoio do companheiro

Em casos de perda de filho, é comum que os casais se queixem de alterações nas relações afetiva e sexual, mas as principais dificuldades estão ligadas, principalmente, às diferentes formas como cada membro do casal expressa seu luto (Caselatto, 2002). Em nosso estudo, tanto para as mulheres casadas como para as que possuem novos companheiros, podemos destacar dois fatores que influenciam significativamente o processo de elaboração da perda: se o companheiro atual é ou não o pai da criança desaparecida; e o afastamento ou aproximação do parceiro atual (pai da criança ou não) após o ocorrido.

No caso das participantes casadas, todos os companheiros são também pais biológicos das crianças desaparecidas. Verificamos, em geral, um maior distanciamento entre os membros do casal, principalmente em decorrência das diferentes formas de lidar com a perda.

Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos, relata um afastamento importante entre ela e o marido, principalmente porque este a responsabiliza pelo desaparecimento da filha:

“O meu esposo achou que eu era culpada, porque ele acha que eu que devia ter ido no mercado, não ter deixado ela ir (choro)”. (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

O fato de o marido culpá-la pelo desaparecimento da filha faz com que esta mãe sinta-se ainda mais desamparada e desprotegida. Outro fator determinante é que Zélia esperava que o marido estivesse à frente das buscas pela filha, desempenhando um papel mais ativo nas tarefas práticas - assim como Franco (2002) aponta ser definida a função socialmente atribuída aos homens diante de uma perda. Como este “descumpre” com suas obrigações, Zélia sente-se ainda mais só e distante do marido.

“Toda vez que tinha gravação, e eu odeio gravação, eu achava que ele é que tinha que estar na frente. O que eu tava falando, eu queria que ele falasse. Teve umas duas vezes que ele ia comigo, mas aí ele tinha que ficar faltando no serviço, né, e não pode estar faltando... mas eu não queria saber disso! Eu achava que ele não tava vindo porque ele não tava se interessando.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Vanessa, mãe de Isabela, desaparecida aos 11 meses de idade, também criou expectativas de que o marido reagisse como ela, e sente-se magoada e sem apoio quando este, além dele não participar ativamente das buscas pela criança, diz acreditar que a filha não mais retornará:

“... ele já perdeu a esperança, acha que ela não volta mais... ele falou que devem ter vendido nossa filha pra algum estrangeiro porque era muito bonita (...) minha filha chamava atenção mesmo. Tem vezes que ele chega do serviço e eu tô quieta assim e ele pergunta se eu tô bem... aí eu falo pra ele: ‘Poxa, você que era tão agarrado com a garota? De repente você mudou, perdeu a esperança aí!’ , aí ele fala: ‘É porque eu sei que a minha filha não vai mais estar de volta, a pessoa que pegou já vendeu, já tá longe’. Aí tem vezes que eu até bato boca com ele, a gente discute sempre que a gente fala da minha filha... o nosso casamento mudou muito, e tem outra: quando eu era chamada pra vir nos lugares, que marcava reportagem, ele não queria ir... ele fala que não quer, que a coisa vai mexer com ele, e aí eu comecei a ter raiva dele, e eu digo pra ele: ‘Você devia era estar atrás da sua filha que tá desaparecida!’ (...) é assim, mudou muito mesmo.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Já no caso de Juliana, mãe de Bianca, a percepção é de que o casal ficou mais próximo e a preocupação do marido com ela aumentou, fazendo com que esta se sinta protegida e acolhida, tornando possível o compartilhamento de sentimentos e emoções relacionados à perda. Segundo Caselatto e Motta (2002), quando há apoio entre os membros do casal, o enfrentamento da perda torna-se menos oneroso para ambas as partes, pois permite que os papéis sejam redefinidos mais igualmente dentro do núcleo familiar e a expressão dos sentimentos seja mais aceita. Caso contrário, “... a dor da perda isola o casal um do outro” (p.104).

No entanto, constatamos que a questão da culpa pelo desaparecimento, segundo a entrevistada, poderia ter interferido negativamente no casamento, trazendo novamente à tona a questão do papel das mães como cuidadoras principais dos filhos, responsáveis pela proteção da prole:

“Meu esposo tá mais agarrado comigo, todo dia quando ele vai trabalhar, ele liga pra mim, pra saber como eu estou, ficou mais grudado. Nosso casamento é igual, só mais grudado. A gente conversa muito. A gente conversa quando a gente tá deitado, de como a gente tem saudades... a gente chora de saudades dela (...) mas se ele não tivesse em casa quando pegaram ela, aí ele podia pensar que eu tinha feito alguma coisa errada, que era culpa minha, e aí o casamento podia ficar diferente, mas ele também tava em casa.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Há também que apontar que, tanto Vanessa como Juliana engravidaram após o desaparecimento das filhas, Isabela e Bianca, respectivamente, o que nos mostra que estas gravidezes foram planejadas após o desaparecimento das crianças. Segundo estas mães, os maridos estão radiantes com a notícia da chegada de uma nova criança, e acreditam que um novo filho possa suprir a falta da criança que está ausente.

Este tipo de comportamento já havia sido referido por Rando (1997) e Caselatto e Motta (2002), que alertam para os riscos dos pais enlutados tentarem substituir a criança perdida com um novo descendente. Segundo as autoras, a criança que está por vir não poderá preencher o espaço deixado pela criança ausente, ainda mais nos casos de desaparecimento, onde não há certeza de que o filho não mais retornará ao convívio familiar. Podemos crer que o fato de os genitores adotarem esta postura seja a forma que dispõem para lidar com o sofrimento diante da perda, ou melhor dizendo, uma tentativa de preencher o vazio deixado pela criança desaparecida com algo concreto, observável, que, nestes casos, é outro filho.

Juliana diz concordar com o marido, mas seus sentimentos são ambivalentes, e a entrevistada chora ao falar sobre a gestação:

“...meu esposo acha que é melhor... eu acho que melhora um pouco o sofrimento, mas não tudo... se eu disser isso, tô mentindo. É difícil a gente ter um filho que some e achar que a dor vai embora, mas acho que ajuda um pouco.”
(Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Já Vanessa discorda do esposo e diz não sentir prazer com a nova gestação, o que acarretou em um afastamento do marido que acredita que um novo filho possa realegrar o ambiente doméstico, suprimindo-lhes a falta da filha desaparecida.

“Não tem como ficar feliz com essa gravidez. Eu tô até tentando (...) meu marido acha que eu tô grávida de uma menina, mas eu não quis nem bater o ultra-som... ele fica falando: ‘A gente vai sair sempre junto’, querendo dizer que esse filho não vai desaparecer e eu falei com ele: ‘Você tá pensando errado, você desligou totalmente da outra filha, eu não!’. Ele fica me adulando por causa da gravidez, mas tá tudo pior ainda, e ele ainda diz assim: ‘Foi bom, foi Deus que mandou, pra você pôr no lugar dessa’. Que é isso! Se for assim, eu não aceito, porque minha filha tá viva, não tá morta!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Nota-se, desta forma, que as diferentes crenças em relação ao que aconteceu com a criança, o descompasso na forma de se expressar o luto diante da perda e os recursos individuais de enfrentamento do dia-a-dia sem a presença do filho fazem com que muitos casais se distanciem física e emocionalmente.

Em outro caso, Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade, diz, em um primeiro momento, sentir-se apoiada pelo marido, pois compartilham da mesma opinião sobre o que aconteceu com a filha. Porém, ao falar sobre o aumento excessivo do consumo de bebidas alcoólicas pelo cônjuge, Soraia se emociona, e diz sentir que há menos diálogo entre os membros do casal, admitindo que o silêncio que se estabeleceu entre os dois pode ser um sinal de que o casamento não vai bem. Soraia afirma que os dois permanecem juntos na busca pela filha, mas já não conversam mais sobre o assunto.

“Ele fala: ‘Ela tá morta, pra que ficar procurando por aí, pra que dar entrevista, pra que colar cartaz?’ mas mesmo assim, a gente ainda anda por aí; a gente sempre escreve e-mails falando dela (...) ela não sai da mente dele, e ele tá sempre do meu lado, mas quieto... talvez a gente não seja mais tão feliz, mas nenhum casal pode apagar essa mancha, né?” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Vemos por estas falas que a ambigüidade não está apenas relacionada ao desaparecimento da criança, mas também se faz presente na relação conjugal e, como apontaram Lloyd e Zogg (1997), pode acarretar em um afastamento entre os membros do casal, mesmo que não haja brigas. O clima de desconfiança e insegurança invade a relação amorosa e impede que tanto homem como mulher falem sobre o acontecido, temendo expressar sentimentos como raiva e ressentimento pelo(a) companheiro(a).

Como podemos perceber também, o apoio oferecido pelos maridos, quando estes são os pais das crianças desaparecidas, é não só esperado mas, até mesmo, cobrado por estas mulheres, que consideram que, depois delas, deveriam ser eles os mais afetados pela ausência do filho. Quando estes não se expressam da forma esperada, ou quando não partilham das mesmas idéias sobre o paradeiro da criança, um mal-estar nasce entre os membros do casal, afastando-os temporária ou definitivamente.

Já nos casos onde as mulheres vivem um novo relacionamento, podemos perceber que as expectativas estão relacionadas ao apoio que os companheiros

podem lhes fornecer, e não à forma como reagem ao desaparecimento. Citemos Gabriela, separada há 8 anos do pai de Camila, desaparecida aos 11 anos de idade. Há 4 anos mora com um novo companheiro, e afirma que, apesar do bom relacionamento conjugal, não recebe o apoio que gostaria, o que a faz sentir-se, muitas vezes, sozinha em seu sofrimento.

“Eu tenho um companheiro que mora comigo, é uma pessoa muito boa, mas quando eu falo na Camila, ele não quer tocar mais no assunto. Às vezes, eu fico triste... eu me sinto uma pessoa forte, mas tem dias que eu quero falar, que eu quero chorar, que eu quero botar pra fora, mas ele não quer nem falar no assunto. Ele não quer escutar, ele não quer nem que eu chore, fica falando assim: ‘Não fica agourando a garota, daqui a pouco ela volta, alguém deve ter pegado pra criar.’” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

De acordo com Caselatto (2002), quando em uma relação conjugal apenas a mãe é familiar direta da criança perdida, suas expressões de pesar, muitas vezes, são inibidas ou desvalorizadas pelo companheiro, que pode não se identificar com o sofrimento de um pai enlutado, como vimos no caso de Gabriela. Também constatamos este dado no relato de Daniela, mãe de Luiza, desaparecida aos 8 anos de idade.

“Eu e meu namorado tivemos dificuldades no relacionamento, não conseguíamos ficar juntos, porque é aquela coisa: só sabe como é quem tá passando pelo problema... ele não entendia, não enxergava que eu tava estranha por causa da minha filha... um dia, tava de um jeito; no outro, já tava diferente... um dia eu queria estar perto dele, no outro não queria, ficava mal humorada... Só com o tempo a cabeça dele foi mudando, ele foi amadurecendo, e as coisas foram se ajeitando, mas no começo foi muito difícil..” (Daniela, 46 anos, mãe de Luiza, desaparecida há 4 anos)

Por fim, temos o caso de Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos de idade. Fabiana já havia se divorciado do pai de suas filhas 3 anos antes do desaparecimento de Paula. A entrevistada relata primeiramente a dificuldade em se entregar novamente em uma relação amorosa quando, paralelamente, se está vivendo diariamente a incerteza sobre o paradeiro de um filho:

“Arrumar um companheiro é complicado. As pessoas diziam que eu devia encontrar alguém pra me ajudar a enfrentar todos esses problemas, mas eu não tinha ânimo pra ter ninguém na minha vida, nem pensava nisso. Pra eu ter algum relacionamento, tinha que estar tudo bem, senão você não consegue.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Porém, após três anos do desaparecimento da filha, Fabiana diz ter encontrado um companheiro bom, carinhoso, que respeita seu sofrimento, principalmente por ajudá-la na divulgação de fotos de sua filha, mesmo nunca tendo conhecido Paula. Fabiana sente que só pôde confiar no atual parceiro quando percebeu que ele validava seus sentimentos, mostrando-se disponível para ouvi-la e confortá-la nos momentos em que a dor e a angústia lhe são insuportáveis.

“Quando a Paula sumiu, eu fiquei uns dois anos fechada pra outra pessoa. Aí hoje eu tô com ele e ele é uma pessoa muito boa, me apóia muito... ele demorou muito pra conseguir chegar em mim, mas depois entrou mesmo porque ele me dá tudo que eu preciso. Ele é uma boa pessoa, a gente tá tentando ficar bem dia a dia.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Como vemos, as mulheres casadas sentem que os maridos, por serem pais das crianças desaparecidas, deveriam sofrer tanto quanto elas, mas, ao mesmo tempo, esperam que estes sejam fortes e estejam dispostos a lhes auxiliar quando estiverem tristes e descrentes. Há expectativas (veladas ou não) de serem cuidadas pelos maridos, de poderem sofrer sua dor enquanto eles tomam as rédeas das investigações, mas estas falas são cobertas de ambigüidade, já que estas mulheres também não conseguem se afastar das buscas pela criança ausente.

Percebemos também que, casadas ou comprometidas em novos relacionamentos, as mulheres esperam receber apoio, pois acreditam que suportariam melhor a dor e o sofrimento pela ausência do filho se tivessem companheiros atentos e disponíveis às suas necessidades.

O que não percebem (ou aceitam) é que estes homens podem expressar-se de formas distintas, e como apontaram Caselatto e Motta (2002), diferentes formas de expressão não significam que estes homens foram mais ou menos afetados do que as mães, apenas expressam seu sofrimento de forma e intensidade diferentes.

Como lidar com o desconhecimento total das causas do desaparecimento de um(a) filho(a) ou enteado(a)? Como lidar com a ambigüidade, com o incerto? Auxiliá-las diante deste tipo de situação pode parecer a estes homens (maridos, companheiros, namorados e pai das crianças) uma missão impossível, principalmente quando deles são esperadas atitudes mais objetivas diante da perda

e manifestações breves e contidas de luto. Para eles, também não há certezas, lhes faltam informações para processar a realidade.

Concluimos, portanto, que a reação dos homens, diante do desaparecimento de uma criança, influencia também na forma como as mulheres irão reagir e se sentirão apoiadas ou não; sendo que isto poderá facilitar ou dificultar o processo de enfrentamento da perda para ambos os membros do casal.

4.3

Relacionamento com outros filhos

O desaparecimento de uma criança de seu núcleo familiar impacta todos os membros do sistema. Dentre os afetados estão os irmãos e irmãs, e os efeitos deste acontecimento incidem sobre eles independentemente da idade, sexo e proximidade com aquele que desapareceu. Autores como Kordon e Edelman (1987), Henderson e Henderson (1997) e Alvarenga e Villaherrera (2004) observaram que o impacto do desaparecimento nos irmãos pode ser devastador, atingido-os individualmente e na relação familiar, em especial com os pais.

Neste estudo, as participantes foram exclusivamente mães de crianças desaparecidas, e por esta razão, o foco desta categoria estará na forma como estas vêem a relação com os demais filhos após o desaparecimento e a percepção que têm sobre o impacto deste acontecimento na vida deles.

Pensemos, primeiramente, no papel da mãe em relação aos filhos. Segundo Badinter (1985), uma mulher só é reconhecida como mãe quando possui ao menos um filho. A construção deste papel é individual mas, também, coletiva, e está diretamente relacionada às atribuições sociais que cada cultura designa a suas mulheres. Na cultura ocidental, às mães são associadas características como cuidado, carinho e amor incondicional e, em contrapartida, a responsabilidade quando algo de errado acontece aos filhos.

A morte de um filho é reconhecida socialmente como a pior perda possível, em especial para a mãe que, segundo os valores de nossa sociedade atual, é quem mais sofre pois

As mães que perdem filhos são multiplamente vitimadas, seja pela perda real do filho que amam, pelos sonhos e esperanças que investiram nele, como pela perda da própria auto-estima. Sentem-se roubadas e trapaceadas, exibindo

como características especialmente intensas do luto a obsessão em querer controlar e entender o que aconteceu; o sentimento de culpa (...) e a necessidade de expressar a dor e falar sobre a experiência vivida. (Caselatto, 2002a, p.108)

A morte de um filho, portanto, rompe a continuidade natural do ciclo vital, pela qual cremos que os mais velhos morrem antes dos mais novos; e, também, com a suposta onipotência materna, ou seja: a idéia de que as mães são capazes de proteger seus filhos de todo os males.

Parkes (1985) aponta que os pais, ao perderem um filho, tendem a se tornar superprotetores ou negligentes com os filhos sobreviventes, o que pode fazer com que as crianças desenvolvam quadros de ansiedade crônica e medo intenso ao longo da vida. Caselatto e Motta (2002) atestam este dado ao afirmar que muitas mães enlutadas apresentam dificuldades para re-estabelecer o equilíbrio na relação com os filhos após a morte de outro, podendo aproximar-se ou afastar-se destes. Estes comportamentos, geralmente, são motivados pelo sentimento de fracasso no desempenho do papel parental e pelo medo de uma nova perda.

Sentimentos como culpa e impotência são comuns após a perda de um filho e, como afirmam Caselatto e Motta (2002), interferem, especialmente, na relação das mães com outros descendentes.

Mesmo que uma mulher tenha outros filhos ainda vivos, isto não irá amenizar o impacto do sentimento de culpa que recai sobre ela quando perde um filho (...) Esta é uma experiência avassaladora e inesquecível, mesmo que o papel de cuidadora deva ser exercitado com os filhos sobreviventes ou com os que ainda virão. (p.113)

No caso de mães de crianças desaparecidas, sentimentos de culpa e impotência estão presentes de forma ainda mais acentuada, e o sentimento de fracasso no cumprimento do papel parental é exacerbado pelas incertezas que rondam estes casos. Como apontam Alvarenga e Villaherrera (2004)

A culpa normalmente está presente em qualquer processo de luto, porque se acredita que não se fez o suficiente para salvar o ente querido ou sente-se culpa por haver sobrevivido (...) Nos caso de famílias de crianças desaparecidas, este fator se intensifica. Os familiares sentem culpa por não haver cumprido com o papel protetor de mãe ou pai, por haver perdido o menino ou a menina ou por não havê-lo encontrado. (p.61)

Nas entrevistas realizadas, todas as mulheres tinham outros filhos além daquele(a) que desapareceu; apenas 1 participante estava grávida de seu segundo filho biológico, mas cria uma enteada como sua própria filha. Ao todo, 10 residiam com pelo menos um filho, sendo que destas, 8 residem atualmente com todos e 2 possuem também filhos casados que residem em outros locais. Em apenas uma entrevista, a participante mora sozinha, mas mantém contato diário com o filho.

A fim de investigarmos a questão do impacto do desaparecimento nos irmãos e irmãs, avaliamos a categoria sob duas perspectivas: reações individuais após o desaparecimento do(a) irmão(ã); e possíveis modificações no relacionamento mãe-filho.

Vale lembrar que, embora o desaparecimento de um ente querido desorganize todo o sistema familiar, cada membro da família vivenciará este acontecimento de forma única e particular. Parkes (1985) afirma que a reação de crianças e adolescentes à perda de um irmão é intensa, mas geralmente ofuscada pela dor e sofrimento dos pais. O autor verificou, no entanto, que é comum que meninos reajam de forma mais agressiva, enquanto as meninas são mais expressivas e tendem a assumir junto a outros irmãos (e, até mesmo, junto aos pais) o papel de cuidadoras da família.

Segundo Kordon e Edelman (1987), no caso de irmãos de pessoas desaparecidas, há um risco maior de isolamento social e dificuldades no estabelecimento de relações com pares de iguais, além de dificuldades individuais e escolares em decorrência de sintomas depressivos, por viverem também a ambigüidade da presença/ausência do ente desaparecido. Segundo as autoras, isto geralmente está relacionado ao fato de os pais depositarem sobre os demais todas as expectativas e medos, antes também direcionadas ao filho agora ausente.

Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 9 anos de idade, é um bom exemplo destes apontamentos. Seu filho, Jonas, atualmente com 12 anos de idade, reagiu inicialmente de maneira agressiva e, desde o desaparecimento da irmã, apresenta dificuldades na escola e no relacionamento com os pais, em especial com Soraia que, na tentativa de “compensar” o filho pelas saudades que este sente de Ana Maria, o superprotege.

“No início, ele tava muito rebelde... tudo ele queria a irmã, tudo na vida dele era irritação. Se alguém aborresse ele, ele logo queria tacar alguma coisa na pessoa. Meu filho teve um problema muito sério, não queria ir pra escola... adorava estudar com ela porque ela tinha um quadro e passava a lição pra ele, e hoje não gosta mais de estudar. Eu vejo essas dificuldades e acaba que eu sufoco muito ele; em parte, ele gosta, não reclama, mas eu acho que eu sufoco muito ele porque eu procuro dar o amor que eu tenho pela minha filha, eu procuro dar tudo pra ele, tudo! Fazer tudo ao redor dele, proteger ele ao máximo.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Porém, embora Soraia afirme ter se aproximado mais do filho, o diálogo entre eles ficou visivelmente prejudicado, a ponto desta mãe não saber dizer como Jonas se sente atualmente em relação à irmã desaparecida:

“Eu sei que ele ficou triste, mas nunca cheguei pra perguntar pra ele porque ele também não me dá brecha, e eu sei que se eu perguntar, ele vai chorar, mas ele tá sempre vendo tudo que tá acontecendo, ele quer ver foto, ele tá sempre vendo as coisas, mas ele nunca pergunta nada, nem eu pra ele”. (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Observamos, neste trecho, a dificuldade de Jonas em re-significar a relação com a irmã, reação muito comum nos casos de desaparecimento devido ao grande número de incertezas e indefinições.

Porém, a impossibilidade de Soraia em falar com o filho sobre o acontecido (assim como não conversa com seu marido sobre o assunto) dificulta ainda mais a expressão destes sentimentos e aumenta o silêncio na família. A relação mãe-filho ficou indubitavelmente marcada pelo desaparecimento de Ana Maria.

Em outro trecho, por exemplo, Soraia relata como Jonas reagiu agressivamente à primeira comemoração de aniversário após o desaparecimento da irmã, demonstrando não só sua dor, mas também questionando o porquê de os pais não terem cumprido adequadamente com seu papel parental:

“No primeiro aniversário dele depois que ela desapareceu, eu fiz um bolinho pra ele e ele não gostou (...) eu sinto que eu magoei ele e me magoei também... foi muito triste, acho que ele ficou arrasado... ele ficou muito revoltado, como se eu e meu marido tivéssemos culpa... ele falava assim: ‘Por que vocês não cuidaram da Ana?’” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Podemos notar em Jonas a tristeza pela ausência da irmã, mas também por sentir-se desprotegido e inseguro. Este comportamento corrobora com os

apontamentos feitos por Parkes (1985) e Caselatto e Motta (2002) que afirmam que, ao perder um irmão, a criança não só perde um membro da família, mas também suas certezas e a imagem onipotente dos pais como protetores inabaláveis.

Fabiana também exemplifica bem os sentimentos de insegurança e desamparo sentidos pelas crianças quando do desaparecimento de um irmão. Além de Paula, desaparecida depois de sair para ir à banca de jornal, Fabiana possui outros três filhos, sendo dois rapazes casados e uma menina com que reside chamada Magali, atualmente com 9 anos.

Quando Paula desapareceu, Fabiana não foi capaz de acolher a filha em seu sofrimento, pois estava totalmente envolta em sua própria dor.

“A reação da Magali foi assustadora, porque ela ficou seis dias em casa só olhando pro teto... não comia, não dormia, nada agradava ela... mas eu também não tinha tempo de ficar com ela, porque eu tinha que procurar a Paula. Aí eu falava pra ela isso e depois desses seis dias, ela foi voltando, voltando e aí começou a fase dos gritos, de falar que só queria a irmã, que só queria que eu voltasse pra casa se eu trouxesse a Paula... ela hoje está mais calma, mas ainda é muito estressada. Ela não era assim, não... tem dia que ela acorda estressada, aí eu falo pra ela ir ficar um pouco na casa do pai porque é difícil nós duas se bicando... ainda hoje, tem dia que não tem jeito, ela quer porque quer a irmã dela de volta...mas o que eu posso fazer?” (Paula, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Como podemos constatar, Magali exigia que a mãe cumprisse com seu papel parental, pedindo-lhe para que trouxesse não só a irmã de volta, mas também o senso de segurança e confiabilidade da vida. Fabiana, não conseguindo lidar com o sofrimento e as cobranças da filha, pensou em tomar medidas drásticas para acabar com a dor que ambas passaram a sentir desde o desaparecimento de Paula.

“No primeiro mês, eu cheguei a pensar em matar a Magali e me matar em seguida. A Magali tava me enlouquecendo, ela só falava que eu não conseguia achar a Paula, que queria a irmã, que queria ela, e eu fui ficando mais desesperada... Aí minha irmã falava assim pra mim: ‘Que é isso, você não pode fazer isso, e se a Paula chega aqui e você nem a irmã dela estão aqui?’. Aí eu comecei a pensar em dar a Magali pro pai criar e ir embora pra bem longe, onde ninguém pudesse me achar, pensava bem assim! Mas com o tempo essa dor vai amenizando e você consegue se controlar, mas é difícil...” (Paula, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

No caso de Eunice, mãe de Mariana, desaparecida aos 10 anos, a falta de diálogo entre os membros da família também se fez presente e a dor desta mãe impede-a, ainda hoje, de perceber os sentimentos de seus outros filhos. Ao se remeter aos primeiros dias após o desaparecimento da filha, Eunice só consegue lembrar da reação de seu filho mais velho, Carlos, que, segundo ela, era o mais apegado à irmã.

“Pro Carlos foi um baque muito grande... foi pra todos, mas pro Carlos foi muito mais, porque eles eram muito apegados, tudo dele era com ela... ele ficou uns dias sem trabalhar, pegava ele chorando pelos cantos, só depois foi melhorando aos poucos, né? Mas nunca passa...” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Sobre sua outra filha, Clarice, atualmente com 17 anos, Eunice simplesmente não se recorda, e quando questionada diz apenas: *“Não sei, todos sentiram”*. A relação entre Eunice e Clarice já era conflituosa antes do desaparecimento de Mariana, conflitos estes que adquiriram ainda mais força após o ocorrido, culminando na mudança de Clarice para a casa de uma tia em outro estado.

Importante ressaltar que Mariana também tem uma irmã gêmea, Miriam, que mora com a Eunice. A participante não sabe dizer qual foi o impacto do desaparecimento para a menina, demonstrando em sua fala a dificuldade que se estabeleceu no relacionamento entre mãe e filha devido à semelhança física entre Miriam e a irmã desaparecida:

“A Miriam? Elas são iguais, iguais. Se hoje eu sei como a Mariana está crescendo é porque a Miriam está aqui, crescendo do meu lado. Eu acho que ela deve ter sentido muito porque sabe que todo mundo que olha pra ela vê a Mariana. Eu não fico falando disso porque vem tudo na cabeça da gente, tudo lembra. E aí, as vezes, você sai de perto daquilo que te faz lembrar.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Vemos que Eunice não afirma abertamente ter se afastado da filha, mas admite dificuldades na comunicação com a mesma. Podemos inferir que a semelhança física de Miriam se apresenta como um fator complicador na relação entre mãe e filha e isto as afasta diariamente, pois como afirmam Caselatto e Motta (2002),

O luto por um filho (...) parece reacender com maior intensidade (...) quando se deparam com crianças (que podem ser os irmãos) que se assemelham fisicamente com o morto ou mesmo que tenham a idade que o filho teria se estivesse vivo. (p.113)

Como lidar com a dor pela ausência da irmã que é sua imagem e semelhança? Se todos a consideram igual àquela que desapareceu, haverá espaço para ser ela mesma e não uma extensão de Mariana? Aparentemente, não há possibilidade de Miriam se expressar e Eunice é incapaz de dar continência à filha para que esta possa dar vazão a seu próprio luto.

Pudemos observar, desta forma, que nos casos de Soraia e Eunice, o silêncio prevalece entre mães e filhos devido a dificuldades destas mulheres lidarem com sua própria dor, o que impossibilita que estas proporcionem um espaço de expressão aos demais, para que estes possam também se enlutar e lidar com seus sentimentos, sem temer causar ainda mais sofrimento a elas. Alvarenga e Villaherrera (2004) complementam esta idéia ao afirmar que

O desaparecido chega a ocupar um lugar central na vida das famílias (...) a busca se converte em um dos eixos principais de sua existência. Isto pode levar a colocar em segundo lugar suas funções habituais, como a parental, descuidando dos filhos e filhas que estão presentes. A incerteza e a impossibilidade de elaborar um luto impedem que a família se reorganize e encontre um novo equilíbrio, como ocorre no luto normal. (p.60)

Em outro exemplo claro, Cleide, mãe de Marcel, desaparecido misteriosamente aos 6 anos de idade, fala sobre a impossibilidade inicial de cuidar dos outros filhos enquanto seu único objetivo era localizar o filho ausente.

“Eu senti no começo que eu me distanciei deles porque eles ficavam mais em casa e eu saía pra procurar e eu não ligava pra saber como estavam, se já tinham almoçado, tomado banho, nada. O Marcel era a prioridade na minha vida, mas os meus outros filhos precisavam de mim. A gente nunca deixa de buscar, mas a gente aprende a dosar.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como vemos, o silêncio pode se apresentar de diferentes formas nas relações familiares. Em outro caso vemos Zélia, que possui cinco filhos além de Amanda, desaparecida aos 9 anos de idade. Destes, apenas 3 eram nascidos quando a menina desapareceu após ser abordada por um homem desconhecido na saída do mercado. No dia do desaparecimento, Amanda estava acompanhada do

irmão Henrique, na época com apenas 4 anos. Zélia culpou-o pelo desaparecimento da irmã, o que inviabilizou o diálogo entre mãe e filho, impossibilitando que este menino expressasse sua dor e angústia pelo desaparecimento da irmã. Parece-nos, de acordo com relato desta entrevistada, que Henrique só pôde encontrar um espaço para expressão dos sentimentos na terapia.

“Eu tinha mais raiva era do Henrique porque ele não tinha que ter deixado ela ir sozinha, tinha que ter ido junto ou não ter deixado ela ir. Mas eu acho que, pra ele, também foi muito terrível, ele teve que ir na psicóloga, ficou uns dois anos lá, e depois ela deu alta a ele e disse que ele tava bem, mas eu acho que ele sentiu muita culpa, que podia ter impedido que ela sumisse.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Lloyd e Zogg (1997) apontam que as crises vivenciadas por uma família na qual um filho desapareceu podem desorganizar todo o sistema familiar, gerando sentimentos de desesperança, isolamento, vergonha e falta de confiança entre seus membros, e em casos como o de Zélia, em que há acusações entre os familiares, a culpa pode ser um dos sentimentos mais devastadores, em especial para crianças como Henrique, que em seu pensamento mágico, acreditou e assumiu durante anos a responsabilidade pelo desaparecimento de Amanda, o que certamente causou-lhe um sofrimento ainda maior.

Por outro lado, apesar da perda, também há situações nas quais os filhos podem obter ganhos secundários após o desaparecimento de um irmão. Os filhos de Zélia, apesar da tristeza pela ausência de Amanda, passaram a ser superprotegidos na escola onde estudam, recebendo tratamento especial por parte dos professores.

“O André é um herói na escola. A professora fala: ‘Ah, me bebê’ e trata ele assim... o Henrique também fica todo bobo (...) Pras professoras, elas são tudo... elas adoram eles todos. Elas só me fazem queixa deles se elas não derem jeito lá, porque, senão, eu nem fico sabendo... elas dizem assim: ‘A gente se preocupa muito com seus filhos, a gente gosta muito deles, não sei se é porque a gente não tá vendo a Amanda aqui e aí a gente tá tentando dar mais carinho pra eles por causa disso.’” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

No caso de Zélia, vemos que os meninos aceitam estes “privilégios” oferecidos na escola e têm neste espaço a atenção que, há anos, não recebem em casa. Segundo Lloyd e Zogg (1997), é comum que os irmãos de desaparecidos

encontrem apoio, carinho e reconhecimento de sua dor na relação com outras pessoas significativas que não os pais, já que estes estão imersos em seu próprio sofrimento, muitas vezes impossibilitados de atender as necessidades dos demais.

Olga, mãe de Iara, também exemplifica como a reação fora de casa deflagrou as dificuldades de sua filha Dalila, que tinha 14 anos quando a irmã caçula desapareceu misteriosamente. Foi na escola que a menina conseguiu expressar seus sentimentos de dor, culpa, medo e insegurança, os quais não expressava dentro de casa, surpreendendo a mãe, que acreditava que a filha estivesse reagindo bem ao ocorrido.

“A Dalila, tem 19 anos agora e não demonstra o que tá sentindo (...) mas na época, ela era calma mas começou a fazer guerra de maçã na escola, e eu fui chamada, ela teve que fazer uma pesquisa sobre a fome, foi assim: ela não demonstra que sente a falta, mas teve essas reações na escola (...) eu sei que ela sente falta porque a gente sente, mas ela não comenta... eu sei que ela sente, mas não demonstra, e a gente não sabe bem o que falar nesses casos...” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Porém, a escola nem sempre é um espaço acolhedor para as crianças que têm irmãos desaparecidos. Zélia, por exemplo, relata a reação de seu filho Maurício, atualmente com 8 anos, a um comentário de um colega de classe:

“Ele fica agressivo porque os coleguinhas ficam mexendo com ele... outro dia, um coleguinha disse pra ele: ‘Sua irmã morreu’, aí ele vai e bate, entendeu? Aí ele chega dizendo que o coleguinha falou que a irmã dele morreu e ele fala assim: ‘Como ele fala isso, ele não viu! Aí eu bati nele’. Aí eu conversei com ele, mas não dá pra ele não ficar bravo, né? Eu também ficaria!” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Vemos, neste exemplo, que a rede pode não fornecer o apoio necessário para os enlutados, gerando reações negativas como as de Maurício. Se este não encontra um espaço de expressão em casa, nem na escola, como lidar com seu próprio luto?

Um fator complicador é que as reações de outras crianças diante do desaparecimento de um irmão podem ficar ofuscadas pelo sofrimento da mãe, que, muitas vezes, não consegue oferecer apoio devido ao impacto individual do ocorrido em sua vida. Um exemplo disto foi retirado da fala de Olga, mãe de Iara, em um diálogo com a filha Dalila, atualmente com 19 anos.

“No começo mudou, porque eu tava muito triste... um exemplo: no primeiro Natal, eu não fiz nada... quando foi no segundo, ela virou pra mim e falou assim: ‘Olha, engraçado, por acaso só a Iara comia aqui no Natal? Porque você não faz mais nada pra ninguém?’. Então ela me chamou a atenção, e eu voltei a fazer pra ela que ela também é importante; e digo pra ela: ‘Não, filha, pra mim isso me deixou transtornada’, Agora a relação não mudou tanto até porque ela é grande, mas quem muda muito é a gente que é mãe... tudo muda.” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Porém, ao contrário do distanciamento referido por outras mães, para Cleide, o desaparecimento de Marcel fez com a família ficasse ainda mais unida.

“... no começo, eu deixei de pensar nos meus outros filhos porque estavam perto de mim, mas daí comecei a ver que o que eu tava sentindo tava prejudicando a mim e aos meus filhos, e em muito pouco tempo, eu ia ter que parar de procurar o Marcel e viver a vida com eles também. Hoje eu e meus filhos somos muito ligados, muito mesmo... se eu passar do meu horário de chegar em casa, eles já ligam pra mim: ‘Mãe, onde você tá? Já tá vindo?’. A gente ficou muito unido com essa crise do Marcel porque eu acho que eles sentiam o meu sofrimento, apesar de eu tentar não demonstrar pra eles, mas eles sabem como é difícil tocar a vida sem uma pessoa que a gente ama dentro de casa. Então eles tentavam ser fortes pra mim e eu pra eles e isso fez com que a gente se grudasse mais ainda...” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Boss (2001) também chama atenção para as reações de identificação com aquele que está ausente, ou seja: familiares que, como forma de lidar com o sofrimento (seu e daqueles que ama), passa a ocupar o lugar do desaparecido, corrompendo seu próprio processo de elaboração de luto, e principalmente, sua identidade.

Vemos este tipo de reação no relato de Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, a qual relembra emocionada a reação de sua filha Catarina, na época com 5 anos de idade, que tentou assumir o papel do irmão ausente.

“Quem mais sentiu dos meus filhos foi a Catarina, porque eles dois eram muito ligados e os dois dormiam comigo. Então quando o Marcel sumiu, a Catarina passou a usar as roupas dele... eu tive até muita dificuldade com ela no começo... ela sentia muita falta dele e eu não podia chorar na frente dela porque era mais difícil... aí ela vestia a roupa dele, vestia o boné dele e falava assim: ‘Mãe, quando o Marcel voltar, eu vou pedir pra ele deixar eu usar, não ficou legal?’. Olha, tinha que me segurar (choro) era muito difícil, difícil... aí eu tentava arrumar uma história pra ela, que o Marcel, quando voltasse, não ia mais querer aquela roupa, que eu ia comprar roupas novas pra ele, que ela podia usar aquelas, mas aí eu também falava pra ela que ela devia se vestir como moça porque era mais bonito, e aí foi indo... passou um ano e dois meses e foi então que ela falou pra mim: ‘Mãe, o Marcel não volta mais, né?’, e eu falei:

‘Não sei, filha, tem que pedir a Deus que volte’. Aí ela mesma foi parando de usar as roupas dele.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Vejamos: Catarina buscou preencher o espaço que Marcel deixou, na tentativa de amenizar o sofrimento de Cleide, através de gestos que pudessem assemelhar-se aos do irmão. Usar suas roupas foi a forma que esta criança encontrou de poder entrar em contato com sua própria dor, mas também de tornar para Cleide a perda menos insuportável, situação que perdurou durante um ano e dois meses. Depois deste período, Catarina pôde iniciar uma nova fase no processo de elaboração da perda do irmão. No entanto, esta mudança ocorreu, segundo Cleide, apenas porque Catarina passou a preencher seu tempo cuidando da nova irmã, Bruna, atualmente com dois anos.

“Depois que minha outra filha nasceu, ela também começou a preencher o espaço que ele deixou com a Bruna... ela dá banho, ela arruma, ela passeia com a irmã, ela cuida como se ela fosse mãe da Bruna. Então eu tento ver as coisas pelo lado positivo: eu perdi um filho desaparecido, mas ganhei outra.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Novamente tocamos neste assunto: a chegada de novos filhos na família. Alvarenga e Villaherrera (2004) constataram, em pesquisa com pais de crianças desaparecidas, que “...um dos recursos utilizados pelas famílias para superar a perda foi a vinda de novos filhos que vinham preencher o vazio deixado pelo filho ou filha ausente” (p.66).

Segundo as autoras, a chegada de um novo bebê é uma situação complexa, pois a idéia de “substituir” a criança ausente por uma nova criança, pode gerar, ao mesmo tempo, culpa e raiva nos irmãos, mas também trazer alívio e esperança de que a família possa restabelecer o equilíbrio perdido desde o desaparecimento de um de seus membros.

Além de Cleide, mais duas entrevistadas engravidaram após o desaparecimento das filhas e reconhecem a expectativa dos outros filhos de que o novo bebê preencha o vazio deixado pela ausência das irmãs que não mais estão presentes. No exemplo de Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, a reação de Melissa, sua enteada, atualmente com 7 anos, aponta que a nova gravidez traz uma espécie de “compensação” pela ausência da meia-irmã.

“No dia que a Bianca sumiu, a Melissa não queria dormir, queria esperar a irmã dela porque elas eram muito agarradas. Ela ainda fala bastante disso, ela pergunta: ‘Quando Deus vai trazer minha irmã, tá demorando muito!’. Mas ela agora tá feliz porque eu tô grávida e ela vai ganhar um irmãozinho (...) vai poder ter alguém de novo pra chamar de irmão.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Já no caso de Vanessa, mãe de Juliana, como relatado anteriormente, a expectativa maior é de seu marido, que acredita que um novo filho poderá trazer a alegria de volta à família. Já os outros filhos têm apresentado reações de ciúmes e preocupação com a mãe, que chora toda vez que tem que ir ao médico fazer os exames do pré-natal.

“Eles não ficam achando nada demais eu ter outro, mas eles sabem que eu tô triste, que eu não queria outro bebê, mas se Deus quer, né? Aí como eu choro muito, eles acham que era melhor nem ter outro porque, se era pra ficar feliz de novo e eu não tô, é porque não deu certo e eles sabem que não dá pra colocar uma criança no lugar de outra, né?” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Como podemos perceber, a relação das mães com os filhos desaparecidos se mantêm em diferentes níveis, seja ao manterem sua lembrança sempre presente, seja na tentativa de substituí-lo. Para os irmãos, sejam eles nascidos ou não, segundo Alvarenga e Villaherrera (2004), crescer em meio a este clima de dor dos pais é uma ferida aberta também para eles que, muitas vezes, são negligenciados ou comparados ao irmão que está ausente, o que pode gerar conseqüências negativas no processo de desenvolvimento e na relação em família.

No relato de nossas entrevistadas, uma outra fala se repetiu: a relação com os filhos mudou porque elas mudaram após o desaparecimento. O interessante é perceber que, apesar de relatarem dificuldades no diálogo com os filhos - e, como demonstrado anteriormente, o desconhecimento sobre os sentimentos atuais dos mesmos - as mães acreditam que a relação com os filhos ficou mais próxima do que antes. Isto fica claro nas falas de Eunice, mãe de Mariana; Soraia, mãe de Ana Maria; e Vanessa, mãe de Isabela.

“Mudou em parte porque, quando eu tô triste, eles perguntam; quando eles vêem que eu tô chorando, eles perguntam: ‘Mãe, por que você tá chorando?’, mas logo eles vêem e falam: ‘Que pergunta boba essa que eu fiz, porque a gente sabe porque você tá chorando’. Eu tenho 4 filhos maravilhosos, sabe? Eu acho que mudou mais porque eles ficam muito tempo comigo, ficam

preocupados comigo. ficamos mais grudados que antes, somos uma família muito unida.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu acho que eu fiquei muito mais melosa com ele, isso mudou. Eu fiquei com medo, de acontecer alguma coisa com ele, dele desaparecer, morro de medo... ele também tem muito medo. Hoje em dia já tô começando a deixar ele mais solto, pra ele poder ter um pouco de espaço, pra esquecer o medo porque sempre tem aquele medo, ficou marcado na gente .” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

“Quando ela desapareceu, eles ficaram tudo ruim. O mais velho chegou a ficar doente, mas eu não mudei com eles não. A gente conversa muito, sempre que eles perguntam.... eu acho só que eu fiquei mais cuidadosa com eles um pouco... mas acho que é assim mesmo, né? Não tem como. A gente fica com medo de perder outro filho, fica assustada com tudo, acha que pode acontecer de novo e aí o coração não suportaria, não!” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

A reação de alguns irmãos, no entanto, ainda é tão intensa que fica impossível para a mãe não perceber o sofrimento vivido por estes, o que não significa que esta consiga lidar com tais sentimentos, já que está envolta em sua própria dor. Este é o caso de Gabriela, mãe de Camila, e as reações de seu filho João Pedro, atualmente com 12 anos.

“Desde o dia que ela sumiu, a reação dele foi não chorar, não falar dela, mas ele faz xixi na calça, coco na calça, tudo na roupa!. A gente tentou conversar, mas ele não fala. A gente no começo até pressionou um pouco ele, de repente ele sabia de alguma coisa, mas não... acho que de tanto a gente fazer essa pressão, ele não fala mais e, se ele ouvir conversar dela, ouvir o nome dela, ele se suja todo... parece que ele não teve reação nenhuma, porque ele não chora; mas é só falar dela que dá uma dor de barriga nele que ele não segura. Ele também fica todo agitado quando vê alguma coisa na TV sobre pessoas desaparecidas, não pode nem escutar que alguma coisa sumiu que já fica nervoso, dizendo que não sabe onde está. Eu acho que o desaparecimento dela deixou ele perturbado, sem chão mesmo e a gente também ficou mal com essa história toda e não sabe dar conta dele direito. Como é que a gente não ia chorar perto dele se a gente chorava o tempo todo? Acho que ele pensava que, se ele chorasse, ia deixar a gente mais triste (choro).” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Também no relato de Nair, mãe de Olívia, o impacto nos filhos do desaparecimento da irmã foi intenso e levou à desestruturação de todo o sistema familiar.

“Mudou, mudou bastante. Não tem nem dúvida... minha outra filha foi embora O outro tem problemas na mente, no começo ele me ajudava muito, mas isso também deixou seqüelas nele, que hoje tem um problema cerebral, que afetou a mente dele, ele fala a noite toda, dou remédio e o remédio não resolve

nada tudo por causa disso. Minha outra filha tava grávida quando ela sumiu, teve problema de eclampsia, quase morreu, ficou entre a vida e a morte... você olha pra ela, ela é normal, com estudo, mas eu sei que ela tá diferente, ficou esquecida das coisas. E tem o outro filho que tá desempregado, que mora comigo também. Aí tem uma outra menina, que é minha filha de criação, que morou comigo um ano, depois foi embora... Eu peguei ela da rua, e ela ficou comigo um ano... aí um dia deu a louca nela e ela foi embora pra rua de novo... disse que não tava acostumada a ficar dentro de casa...então a família desestrutura toda, os filhos se afastam, tudo muda!” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Podemos concluir, portanto, que na relação com os filhos, se por um lado vemos algumas mães superprotegendo (e até mesmo "sufocando" seus filhos por medo de perdê-los), há também casos nos quais estas passaram a negligenciar os demais ou manterem o filho ausente como um ponto de referência idealizado, comparando-a sistematicamente com as outras crianças. Ambos os comportamentos evidenciam uma dificuldade destas mulheres em lidar com o rompimento brusco do vínculo com o filho ausente, o que acarretou em mudanças na forma de se relacionar com as outras crianças da família, temendo perdê-las ou dando-nas como perdidas na tentativa (frustrada) de não mais sofrer.

4.4

Enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores

Quando perdemos alguém a quem amamos, sentimentos de impotência, dor e angústia são comuns e esperados. Na cultura ocidental, estes sentimentos são acolhidos e vivenciados através da realização de rituais. Segundo Saraiva (1999), nos casos de falecimento, os ritos são repletos de metáforas, significados familiares, sociais e manifestações públicas que criam um sentido simbólico para a experiência da perda, além de fornecerem uma rede de apoio formada pelos demais membros da sociedade. Segundo a autora, os rituais fúnebres exaltam o falecido e seu papel na comunidade, possibilitam a expressão do sofrimento de todos os envolvidos e facilitam a elaboração da morte.

No entanto, nos casos de desaparecimento, não há rituais disponíveis para os enlutados, pois além de não haver um corpo a ser velado, não há confirmação da morte, o que torna estas manifestações impróprias para este tipo de perda. Como apontam Alvarenga e Villaherrera (2004),

A morte pode ser significada, mas o desaparecimento está presente dia a dia na vida das pessoas. Somente superadas as incertezas permitem seguir adiante (...) no processo de luto. Saber a verdade é essencial para curar as feridas. (p.65)

O desaparecimento, desta forma, acaba não sendo reconhecido socialmente como uma perda, e isto se coloca como um complicador a mais para os envolvidos. A não realização de rituais "... pode prejudicar ou mesmo adiar o processo de elaboração..." (Caselatto & Motta, 2002, p.119). Este fator foi um dos mais citados pelas participantes deste estudo e merece atenção especial.

Para investigarmos mais aprofundadamente a ambigüidade suscitada pelo desaparecimento e verificar se há, de fato, uma impossibilidade de externar os sentimentos frente à ausência do(a) filho(a) ausente, questionamos as mães sobre as diferenças entre a dor da perda pela morte de um filho se comparadas aos sentimentos suscitados pelo desaparecimento. Foi possível constatar que para 10 das 11 entrevistadas, a dor e o sofrimento pela ausência de um filho são sentidos como mais intensos nos casos de desaparecimento, justamente pela não realização de rituais, a falta de um local onde possam prestar suas homenagens aos filhos e dividir com os demais os sentimentos suscitados por este tipo de perda.

A incerteza de onde e como estão as crianças foram os fatores mais citados por estas mulheres como complicadores para o processo de elaboração da perda e a principal diferença nos casos de perda de filho por morte. Em sua fala, Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, reflete bem a dificuldade em lidar com o desconhecimento do paradeiro do filho e ressalta a diferença entre os dois tipos de perda:

"... se eu tivesse encontrado o corpo, pelo menos eu ia saber onde ele está, ia ser: 'Tá, eu sei que ele tá morto, eu enterrei, eu vi', mas isso que eu vivo é uma incerteza, e é essa incerteza que eu não aceito! Eu tenho que ter certeza de alguma coisa... ninguém some assim!" (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Eunice, mãe de Mariana, desaparecida misteriosamente aos 10 anos quando saiu para comprar pão; Fabiana, mãe de Paula, desaparecida aos 10 anos após ter saído para comprar jornal; e Vanessa, mãe de Isabela, seqüestrada aos 11 meses, por uma mulher desconhecida em uma piscina pública, apontam que a principal diferença entre os dois tipos de perda se coloca quando, frente à incerteza da localização da criança, surgem sentimentos de medo e angústia por

não saber se as meninas podem estar sofrendo, dúvida inexistente nos casos de morte:

“... é completamente diferente quando um filho morre. Quando morre, você enterra, você vela, você sabe onde está. Uma mãe que tem um filho desaparecido não tem sossego, não sabe onde está, com quem está, se tá comendo, se tá doente... se tá vivo, na realidade. E morrendo não; por acidente ou morte normal, você sabe onde está.” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu perdi minha filha sem saber o que aconteceu e nem que fim ela teve, se é que ela teve um fim... eu digo sempre que a minha sumiu e eu não sei onde anda... não sei se tá sofrendo, se tá presa, se tá viva ou morta... as pessoas parecem que não vêem que perder um filho assim que nem eu perdi é muito pior do que a morte, né? A gente sente dos dois jeitos, mas pelo menos você sabe onde está, sabe que pode sentir saudades, mas que não vai voltar... mas assim, sem paradeiro, como é que pode aquietar? Não tem explicação, né?” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

“... quando morre, com o tempo a gente supera, mas a gente que perdeu assim, que desapareceu, que não sabe se tá viva, eu acho que é muito pior, porque você não sabe o que aconteceu, se seu filho tá vivo ou se tá morto, se fizeram alguma maldade, não tem como saber, fica sem saber. Se tem um filho morto, pelo menos sabe o que aconteceu, sabe o que fizeram com ele...” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

Ariès (2003) afirmam que os rituais fúnebres possuem três funções primordiais após a perda de alguém significativo: auxiliam os envolvidos a dar vazão a seus sentimentos, criam um espaço onde o sofrimento é validado socialmente e, principalmente, permitem que os enlutados entrem em contato com o corpo do falecido, concretizando/materializando a perda. De acordo com os autores, “...o cadáver é a chave que abre a porta à expressão de sentimentos honestos e reais. Usado apropriadamente, o cadáver é útil como instrumento para iniciar bem o trabalho de luto...” (p.134).

Alvarenga e Vilaherrera (2004) complementam ao afirmarem que os rituais cumprem uma função social fundamental pois, “...através deles, o entorno social oferece apoio, solidariedade, consolo e também válida e concretiza a perda (...) oferece uma oportunidade simbólica de elaboração e reparação.” (p.58). Já nos casos de desaparecimento, não há rituais socialmente construídos para dar vazão a estes sentimentos, como constaram as autoras, em trabalho realizado com famílias de crianças desaparecidas:

O desaparecimento privou os familiares dos elementos básicos para a elaboração do luto: a certeza da morte e a possibilidade de realizar rituais religiosos e sociais, necessários para a assimilação de uma perda. Não poder ver o corpo morto do ente querido reforça o mecanismo de negação, próprio da primeira fase de impacto, e inicia-se (...) uma luta entre negação e realidade e, posteriormente, a impossibilidade de assimilar e aceitar a morte. (p.58)

Em todas as nossas entrevistas, ficou evidente a dificuldade em lidar não só com a ausência da criança, mas também de respostas, de ritos e de um fim. Na fala de Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida aos 11 anos de idade, a importância da materialização da morte se coloca como ponto crucial para a resolução da perda pois, segundo esta mãe, permitir-lhe-ia dar um fechamento ao seu luto:

“... a morte é muito melhor, porque aí você sabe que enterrou, tá vendo... se morreu, eu tenho certeza que uma criança vai diretamente pro Céu, e aí você sabe que tá descansando em paz, mas e a minha, que não sei onde está? Não sabe se tá sendo usada pra se prostituir, se tá sendo usada pra ficar na rua pedindo esmola... o que morreu tá lá, enterrou, pronto! Tá bem melhor que um caso desses...” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Zélia, mãe de Amanda, desaparecida aos 9 anos, também aponta a angústia de não ter notícias da filha como um fator determinante que diferencia os dois tipos de perda, e acrescenta falando sobre o papel da mãe, quando a criança adoce, para contrapor com a impossibilidade de elaboração em casos como o seu:

“... a mãe que tem o filho sumido é pior do que quando perde morto, né, porque quando é o caso de quem tem um filho doente, a mãe fica lá, fazendo de tudo pra ele melhorar, mas se ele morrer, ela ficou com ele até o último suspiro dele... no dia que ela quiser desabafar, ela sabe onde ele tá, ela sabe que ele não tá sofrendo. Já no meu caso é o contrário: a gente não sabe realmente se ela tá viva, se ela não tá morta e foi jogada em algum lugar que nunca foi encontrado ou se ela tá sofrendo na mão de alguém (choro). A dor é muito pior.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

Como podemos perceber em nosso estudo, a incerteza a respeito do paradeiro e do que aconteceu com o ente querido se constitui como um impedimento adicional para a elaboração da perda, assim como já havia sido referido por Alvarenga e Villaherrera (2004).

Gabriela, mãe de Camila, desaparecida aos 11 anos de idade após ter sido levada por um homem desconhecido de uma feira livre, reafirma o direito dos pais de poderem realizar rituais como o velório e o enterro e terem garantido o direito

de um local onde os filhos possam ser visitados e lembrados por eles, corroborando com os apontamentos feitos por Saraiva (1999), que ressalta a importância dos rituais como importante recurso para o fechamento da etapa inicial do processo de luto:

“... quando morre um filho, a gente quer velar, assim a gente pode lembrar e ver o túmulo quando quiser. Mas assim, não saber de nada, se a criança tá viva ou morta? É duro demais (choro). Acho que todo pai tem direito de enterrar seu filho quando ele morre, né? Pai e mãe dão a vida, tem que ter esse direito, mas se não pode, fica assim, aberto pra vida toda, que nem machucado que não cicatriza (choro).” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

Algumas mães também se referiram a outras perdas vividas ao longo da vida para reforçar as diferenças entre a morte e o desaparecimento. Daniela, mãe de Luíza, desaparecida aos 8 anos de idade quando andava de bicicleta na frente da casa da tia, relembra a morte de um irmão e compara os sentimentos quando da perda deste ente querido aos vividos após o desaparecimento de sua filha, demonstrando em sua fala a dificuldade em lidar com as incertezas diante da ausência da menina:

“... eu era muito apegada com meu irmão, e quando ele faleceu, eu senti muito, mas é totalmente diferente quando eu perdi ele de quando eu perdi a Luíza... o sentimento da perda de quando eu perdi a Luíza é muito mais forte do que quando eu perdi meu irmão... com certeza pelo jeito que foi e por eu não saber onde ela está, a dor é muito maior! A coisa fica dentro de você: se está comendo, se está bebendo, se estão fazendo maldade com ela... é diferente quando morre... mas, na verdade, não perdi né, porque ela desapareceu...” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

Em outro caso, Olga, mãe de Iara, desaparecida aos 9 anos de idade, relata a morte de sua mãe, vítima de câncer, 3 meses antes do desaparecimento de sua filha, e a possibilidade que a morte revela de uma re-significação da relação com o objeto perdido e uma posterior aceitação da perda, enquanto, no caso do desaparecimento de Iara, este fechamento torna-se impossível.

“É a pior dor que uma mãe pode passar, mais até do que quando morre um filho, porque é bem diferente, né? Se morreu é uma coisa que a gente sente... a dor existe, mas, pelo menos, você sabe que morreu... assim é muito difícil (choro). Você não sabe nunca o que tá acontecendo... talvez o sentimento seja até o mesmo, mas você se conforma quando morre... eu digo isso porque eu perdi minha mãe dia 22 de maio e minha filha dia 15 de agosto, pouquinho tempo depois... a morte da minha mãe eu já consegui me conformar, já consegui

solucionar, mas a perda da Iara eu não consigo! Eu ainda penso assim: a morte da minha mãe foi dura, mas a Iara perder sem saber é horrível...” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

Eunice, mãe de Mariana, relembra a morte da filha de sua irmã que, com apenas 5 anos, recebeu o diagnóstico de leucemia e, após 5 meses de tratamento, não resistiu à doença, vindo a falecer. Para esta entrevistada, a morte da sobrinha foi um acontecimento traumático para toda a família, mas pôde ser vivida, chorada, revista e, finalmente, elaborada, ao contrário do desaparecimento de Mariana, que continua incerto e suscitando sentimentos de angústia, ansiedade e desespero naqueles que a conheceram e amam.

“... quando minha sobrinha de 5 anos faleceu, a gente chorou, a gente se desesperou, foi aquele abalo, mas foi passando o tempo, a gente foi se conformando porque a gente sabe onde ela está; quando a gente quer conversar com ela, a gente vai lá no túmulo dela. A gente não se conforma de uma vez, mas sabe onde está. A minha filha está viva, eu sei, mas eu fico naquela angústia de perguntar pra mim mesma: ‘Meu Deus, será que estupraram minha filha? Será que bateram na minha filha?’ Eu sei que ela tá viva, eu sinto, mas não sei onde nem com quem, e é isso que eu quero saber!” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida aos 1 ano e 10 meses, nunca vivenciou outra perda próxima, mas remete-se ao enterro de uma criança desconhecida que presenciou, no qual identificou-se com a dor da mãe do menino falecido.

“... eu não sei o que é pior, se é perder um filho de vez ou ter um desaparecido... eu acho que é a mesma dor porque, nos dois, você perde, mas um você não vai mais ver, e o outro você vai ter sempre a esperança de que volte. Eu fui num enterro e do lado tinha o enterro de um menino de 7 anos... quando eu vi a mãe dele, eu me senti no lugar dela, desesperada, porque disseram que ela gritava ‘Tira ele, tira meu filho daí’. Eu falei pra minha colega que era muito triste porque ela sabe que ele não ia voltar nunca mais e ela falou assim pra mim: ‘Mas e você que tem uma filha desaparecida?’. Na hora, comecei a chorar, entrei em desespero... se fosse minha filha ali, eu nem sei o que eu poderia fazer (choro).” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Vemos a partir destes exemplos que, embora a esperança de conserve-se a esperança de que os filhos estejam vivos e com saúde, há também o anseio por um fim. Segundo Boss (2001), “As pessoas anseiam por certeza. Até o conhecimento certo da morte é preferível à continuação da dúvida” (p.19).

Em nossas entrevistas, constatamos de fato o quanto as mães aguardam por uma resolução para seus casos, mas admitir que a criança possa estar morta é vista como uma traição à mesma. Alvarenga e Villaherrera (2004) já haviam constatado, em trabalho com pais de crianças desaparecidas, a existência da crença dos familiares de pessoas desaparecidas de que determinados pensamentos seus seriam capazes de gerar conseqüências reais na vida do ente ausente, interferindo negativamente no desfecho do caso. De acordo com as autoras:

A incerteza a respeito do paradeiro de suas filhas e filhos e não saber se estavam bem ou estavam sofrendo gerou, em alguns casos, sentimentos de impotência, angústia, dor e desespero nos familiares. Alguns temiam que se permitissem-se pensar que seu ente querido poderia ter falecido, de alguma maneira o estariam traindo; neste caso, sentiam que não estavam fazendo todo o possível para encontrá-lo vivo e que, ao perder as esperanças, contribuíram para que não aparecesse... a idéia de que (...) pudessem estar mortos era mantida escondida; os familiares não se atreviam a exteriorizá-la, e se o fizessem, isto gerava culpa, pois consideravam que somente com o pensamento estavam provocando sua morte (...) considerar a idéia de que (...) estavam mortos equivalia a dar-se por vencidos, abandoná-los e não cumprir o papel de pai ou mãe. Por outro lado, viver permanentemente com a expectativa de encontrá-los alimentava, de maneira contínua, a incerteza, experiência que pode ser insuportável. (p.63).

Soraia, mãe de Ana Maria, desaparecida aos 10 anos de idade, exemplifica este comportamento referido pelas autoras. A participante diz considerar pior a morte de um filho do que a incerteza do desaparecimento. Podemos notar que há uma grande expectativa de sua rede de apoio de que ela possa dar um fechamento a sua perda, mas para esta mãe, permitir-se sentir que a filha está morta significa desistir, perder as esperanças:

“...todo mundo fala que o desaparecimento é pior que a morte porque realmente é muito ruim você não saber o que aconteceu com a sua filha... às vezes as pessoas falam pra mim: ‘Se pelo menos soubesse que tinha morrido seria melhor’, mas não seria não, porque nenhuma mãe quer que o seu filho morra.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Podemos chegar à conclusão de que a certeza da morte de um filho, aliada à validação social desta perda (através da realização de rituais), a existência de um local onde se concretize a morte e que possibilite a expressão dos sentimentos de pesar, coloca-se como um fator facilitador para o processo de elaboração da perda. Nos casos de desaparecimento, no entanto, não há certezas, não há lugares, não há rituais, não há margem possível de elaboração. As hipóteses, sejam elas baseadas

na negação da morte ou na aceitação da mesma, tornam-se os únicos mecanismos para que estas mães dêem conta da ambigüidade de sentimentos, presente diante da ausência dos filhos e possam continuar investindo nas buscas. Mas, então, o que fazem as famílias de pessoas desaparecidas? Há lugar para expressão dos sentimentos quando não há rituais que possam confirmar o que foi perdido? Como lidar com estes sentimentos quando faltam recursos que auxiliem na elaboração da perda?

De acordo com Boss (2001), “...muitos casais e familiares encontram apoio e informação que tão desesperadamente necessitam participando de grupos de pessoas que estão sofrendo o mesmo tipo de perda” (p.129). Segundo a autora, é justamente pela falta de rituais, suporte e compreensão da rede que muitos familiares de pessoas desaparecidas se unem a outras pessoas que vivem o mesmo problema. A autora descreve que estes grupos são formados com intuito não só de unir forças para acelerar as investigações dos casos, mas, principalmente, porque é, neste espaço, que as famílias podem compartilhar seus sofrimentos e angústias com outros que vivenciam a mesma dor.

Kordon e Edelman (1987) também afirmam que a união de grupos de familiares de desaparecidos (como as Mães da Praça de Maio, na Argentina) aponta para uma mudança de significado diante da perda, na qual os enlutados passam de uma visão micro (“meu ente querido”) para uma visão macro (“nossos desaparecidos”), o que, segundo as autoras, serve como um mecanismo eficaz de sublimação e reparação.

Em estudo recente, Alvarenga e Villaherrera (2004), afirmam ser mais freqüente que estes grupos sejam formados por mães de pessoas desaparecidas. As autoras acreditam que, além das mulheres serem mais estimuladas socialmente a expressar seus sentimentos, também são elas que tomam à frente das investigações, parte por sentirem-se responsáveis pelo desaparecimento de seus filhos, parte por não quererem abdicar de seu papel parental. Como benefício, estas mulheres encontram, ao lado de outras mães, o sentimento de pertença e a validação de seus sentimentos.

“O desaparecido é alguém que já não está onde estava, não se sabe onde está agora e sua existência é constantemente negada... dizer que alguém está desaparecido é negar sua existência como vivo ou como morto” (p.60), disse-nos Nicoletti (1987). Por esta razão, a autora nos chama atenção para o fato de que

formar grupos com outros familiares, divulgar fotos e organizar passeatas são recursos de enfrentamento diante da presença psicológica de alguém ausente fisicamente. Na ausência de respostas, esta é a forma que muitas mães encontram de “provar” que aquele, de quem não se tem notícia, existe, mesmo que possa não estar mais vivo. É dar-lhe corpo, concretude, permitindo que seja lembrado, homenageado, como quando o fazemos ao velarmos os mortos através de rituais. Isto porque, segundo Boss (2001),

A resolução de qualquer tipo de perda é encontrar-lhe um sentido. No caso da perda ambígua, dar-lhe um significado se apresenta mais difícil porque o próprio pesar permanece sem solução. Porém, se não encontrarmos um sentido para a ambigüidade, nada muda realmente. Limitamo-nos a suportá-la. Manter a esperança frente a uma perda ambígua de longa duração requer um esforço incessante. (p.115)

Em nossas entrevistas, perguntamos às participantes como elas se sentem em relação às outras mães que tem filhos desaparecidos. Em sua maioria, as mães referiram-se à equidade de sentimentos como angústia, ansiedade, dor e a ambigüidade entre momentos de esperança e desesperança como fatores em comum nestes grupos. Vemos estas referências em relatos como os de Zélia, mãe de Amanda; Vanessa, mãe de Isabela, e Eunice, mãe de Mariana.

“Nós pensamos igual umas das outras. Nós cremos na vida delas, que estão vivas... eu conheço algumas e a gente conversa muito sobre as famílias, da família delas, de como elas reagiram quando as meninas delas sumiram e foi tudo igual, né? De ficar com raiva, de ficar desesperada... elas tiveram tudo que eu tive. Então eu acho que a gente sente igual, a dor igual, e por isso conversar com elas é sempre bom, porque você vê que não tá sozinha.” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“Eu sinto que o mesmo desespero que eu sinto elas também sentem, e tem mãe que tem filho desaparecido há muito mais tempo, bem mais tempo que eu (...) eu encontrei uma mãe que já tá há três anos na procura, né? A dor dessa pessoa, dessas mães, não tem coisa que pague... não desistem, continuam a lutar. O tempo vai passando e aumenta o desespero, né? Mas se eu chegar nisso tudo de espera, tenho certeza de que vou sentir igual a elas, porque o tempo não muda o amor da gente pelos filhos.” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu acho que elas se sentem como eu, porque é uma coisa que você não sabe onde está, com quem está, o que está passando, o que está sofrendo, então não sei... a gente sofre muito. Toda mãe que tem um filho desaparecido se pergunta as mesmas coisas e sente a mesma dor porque quem vê um filho nascer de dentro de você, crescer e depois ele não está com você e você nem sabe onde está... é a pior dor do mundo pra qualquer uma de nós...” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

Para algumas participantes, a intensidade do sofrimento é a mesma para todas as mães, e o impacto do desaparecimento de um filho muda, indubitavelmente, a vida daqueles que viviam com a criança.

“Eu acho que todas nós somos iguais nesse ponto. O sofrimento de uma mãe como eu é o mesmo porque a gente perdeu parte da gente. Não tem nada no mundo igual a ser mãe e, quando tiram isso da gente, é como se pegasse um pedaço do nosso coração e esfaçalhasse. Eu acho que a espera é a coisa mais difícil pra todas nós porque a gente só quer eles de volta, vivos ou não.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

“Eu acho que todas nós sofremos do mesmo jeito, tudo igual. Mas é nessa hora que você vê como você é forte... eu só peço a Deus uma resposta, todas nós pedimos, porque fica essa coisa aberta, não tem como, não tem como! Não tem como fechar aquilo, é como uma ferida que nunca cicatriza, né? Aí, quando começa a fechar, você acha que tá melhorando, vem alguma coisa e fica pior de novo. Todas passamos por isso, principalmente quando faz muito tempo.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

“Eu acho que o sofrimento de ter um filho desaparecido é sempre o mesmo, não importa quanto tempo passe ou quantos anos tinha a criança. Mãe que é mãe sente, mesmo se fosse adulto, né? Eu acho que o importante é ter fé, tem que orar muito porque, se tiver que ser, no tempo certo Deus vai trazer elas de volta pra gente, e vai acabar esse sofrimento.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

Para Daniela, mãe de Luíza; e Fabiana, mãe de Paula, os sentimentos após o desaparecimento de um filho são os mesmos para todas as mães; a diferença está na forma como cada mulher enfrenta os desafios do dia-a-dia. Segundo estas participantes, quando se tem um filho desaparecido há muitos anos como elas, aprende-se a lidar mais adequadamente com a dor e a angústia, decorrentes das indefinições e incertezas próprias a este tipo de situação.

“Eu cheguei a conhecer mães de desaparecidos e a dor é muito grande. Tinha uma aqui que desmaiou, porque a dor é muito grande (...) e não é só mãe de criança, porque você vê gente aí de 18 anos que some e ninguém sabe onde está, e essa pessoa tem mãe e essa mãe com certeza está sofrendo como eu, mesmo que a minha filha tivesse só 8 anos. Eu acho que o que eu sinto, elas sentem também: aquele desespero, você não consegue pensar em outra coisa a não ser naquilo que aconteceu... mas cada um tem uma vida. Tem umas que convivem com o esposo; tem gente que tem outros filhos; têm outras que os pais nem ligavam pras crianças (...) cada caso é um caso... mas acho que, em termos de sentimento, é a mesma coisa... eu sei que elas choram, que elas sentem saudades. Eu acho que psicologicamente é que nós somos diferentes... tem uma que tem apoio e têm mães que não têm apoio nenhum; tem umas que tem que ficar com remédio pra cá, remédio pra lá, e outras não. A dor é a mesma, a diferença é como você vai enfrentar isso.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

“A gente sofre muito, todas. Acho que é uma coisa que só uma mãe que tem um filho desaparecido sabe explicar. Eu queria poder ajudar todas elas, visitar todas, porque eu queria ensinar pras outras mães o que eu fiz que me ajuda a viver no dia a dia, né? Só a gente entende o que é ter uma pessoa desaparecida na família.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

Dentre as entrevistadas, duas participam ativamente de grupos de mães de crianças desaparecidas e relatam que a experiência lhes proporcionou a chance de compartilhar, com estas outras mulheres, a dor e as angústias quando ninguém mais as compreendia.

“A gente sente a mesma coisa, sem dúvida. Eu sou muito amiga de outras mães, vou na casa delas quando eu tô em depressão, aí a gente fala, chora... a gente fica conversando porque eu entendo o problema delas e elas entendem o meu, porque a gente tem o mesmo problema, a gente pensa as mesmas coisas, a gente passou por coisas parecidas... é mais fácil com elas porque os outros podem até entender, mas só quem vive a mesma coisa é que sabe... tem coisas que toda mãe de criança desaparecida tem: não consegue dormir, não consegue comer, porque você fica pensando: ‘Será que meu filho tá comendo? Será que ele tá dormindo? Tá com saúde? Tá com frio?’, você não consegue fazer nada tranqüila. Eu acho que assim é o melhor jeito: a gente tem que se unir uma pra ajudar a outra, porque se uma der apoio a outra, ajuda né?” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

“Eu ganhei grandes amigas que são mães de outras crianças desaparecidas e isso tem me ajudado muito, mas quando eu vejo as outras mães, eu procuro sempre distanciar a minha dor da delas porque na minha vida é assim, a minha filha é assim, mesmo que a dor seja igual em todas nós. Mas também foi com elas que eu descobri que existia dentro de mim essa força tão grande, porque eu pensava que, se uma coisa dessas acontecesse comigo, eu ia morrer... a gente pensa assim, mas quando acontece, a gente vê que tem força, as outras mães te ajudam a ver isso. Hoje, quando uma nova mãe chega pra falar comigo, eu já posso dizer que os sentimentos dela são normais, que ficar se lamentando não vai levar a nada e que ela nunca pode perder a esperança e assim ela vai descobrir que tem força pra sobreviver a tudo isso. Eu sempre ligo pra outras mães dando força. Eu sei o que os pais estão passando.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Em outro exemplo, no entanto, vemos uma situação onde, embora os sentimentos de perda sejam compartilhados, estar na presença de outras mães não trouxe benefícios para a participante. Cleide, mãe de Marcel, desaparecido aos 6 anos de idade, explica porque a relação com outras mães tornou-se impossível, após participar de algumas reuniões do grupo.

“A gente sofre, todas sofrem, mas a forma como você escolhe sofrer é diferente. Eu conversei com outras mães e eu vejo muitos casos que a mãe fala: ‘Eu sinto que ele já tá morto, eu sei que ele não voltar’, e eu nunca senti isso em

relação ao Marcel, nunca! Mas isso tem a ver com a forma como as pessoas sofrem, porque não é porque você não chora que não está sofrendo, e se você perde a esperança é porque não lutou o suficiente. Eu acho que só a mãe de uma criança desaparecida sabe o que é amar e sofrer por um filho, mas, se ela se deixar abater, ela tá sofrendo mais por ela do que pelo filho que desapareceu. O que a gente tem que fazer é ir à luta, descobrir a verdade, isso sim é amor pelo filho (...) Eu conheci várias mães e a maioria estava sempre chorando, dizendo que não sabia o que ia fazer, o casamento tinha acabado, os outros filhos ficaram revoltados, elas reclamavam de tudo... elas não estavam sabendo lidar com o sofrimento delas. Elas não tinham aprendido... eu disse pra uma delas: 'Você tem que se preocupar com seu filho que tá desaparecido. Você tem que saber lidar com o seu sofrimento'. Eu vi muitas mães que adoecem fisicamente por saudades, de ficar esperando realmente um milagre, mas outro ser humano não pode fazer o que elas podem. Elas deixaram que o sentimento de perda dominasse e eu não podia continuar porque senão a gente afunda nessa tristeza também.' (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

Como vemos no relato de Cleide, o grupo de mães não proporcionou a ela o suporte necessário para o enfrentamento da perda. Podemos pensar, no entanto, na dificuldade desta mãe em expressar seus sentimentos diante destas mulheres, pois poderia sentir-se exposta e vulnerável, impossibilitando-lhe de continuar ativa em sua busca. Falar sobre a ausência e as tristezas decorrentes do desaparecimento do filho poderia desorganizá-la, ou até mesmo paralisá-la.

No geral, percebemos a importância de sentir-se parte de um grupo, de poder compartilhar com outras mães as mesmas angústias e ansiedades quando do desaparecimento de um filho. Este sentimento de pertença mostrou-se como fonte de segurança e esperança para a maior parte das participantes, que contam com este recurso nos momentos em que se sentem desamparadas e desorientadas.

A fim de complementarmos estes dados, perguntamos às participantes: “E como você se sente em relação às mães que não têm filhos desaparecidos?”. Este questionamento foi elaborado a partir dos achados de Alvarenga e Villaherrera (2004), as quais apontaram que muitos pais queixam-se de sentirem diferentes e inferiores àqueles que não vivem a mesma situação.

Os resultados foram muito interessantes. Para 6 participantes, o sentimento em relação às mães que não tem filhos desaparecidos é de maior maturidade, além de afirmarem dar mais valor à família, e principalmente, aos filhos.

“Em alguns momentos eu me sinto diferente, com mais bagagem pra falar com uma mãe sobre os cuidados com os filhos e alertar elas que nós chegamos num limite da nossa vida, da sobrevivência, e ninguém tem pena de ninguém. Eu posso ser uma mãe com um filho desaparecido e outra não, mas o sentimento de mãe é um só... ela é mãe, ela vai sentir a mesma coisa que eu só

de pensar que ela poderia passar por uma situação dessas. Isso não pode ser uma diferença, pode ser uma ajuda mútua, um entendimento entre as mães, e não uma diferença e pode fazer com que muitas mães que não tenham filhos desaparecidos possam ajudar as que têm; se comover com a situação delas, dar apoio, ter um sentimento de humanitarismo. Acho que elas não sabem como é ter um filho desaparecido, mas o amor pelo filho faz qualquer mãe tremer só de pensar que isso pode acontecer com ela e com a família dela.” (Cleide, 34 anos, mãe de Marcel, desaparecido há 3 anos)

“Eu não sinto tanta diferença porque, se elas passassem pelo que eu passo, eu tenho certeza que elas iam sofrer como eu, mas a gente cresce muito depois de uma coisa dessas... uma mãe de verdade sente o coração sangrar, sem dúvida. As mães que não têm filhos desaparecidos têm mais é que agradecer a Deus por tudo (...) Toda mãe que ama tem medo de que qualquer coisa ruim aconteça com seu filho, mas não tem diferença entre a gente, só que com umas aconteceu e com outras não.” (Gabriela, 31 anos, mãe de Camila, desaparecida há 2 anos)

“Eu não tenho inveja das outras mães, não tenho problema com ninguém. Tem muita gente que fala assim pra mim: ‘Nossa, se fosse eu, eu tava me descabelando, tava botando a rua abaixo’, mas eu não fico chorando, mostrando pros outros que eu tô triste... quem me vê na rua, me vê sempre alegre, sorrindo...eu só desejo que isso não aconteça mais com outras mães porque já têm eu e um monte de outras mães passando por essa dor, e ninguém merece passar por isso. É tudo mãe e sentiriam que nem eu a mesma dor, com a diferença que eu já vivo isso e por isso a gente sabe que suporta.” (Juliana, 23 anos, mãe de Bianca, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu me sinto diferente... nunca pensei que isso pudesse acontecer... hoje em dia é que eu tenho outra cabeça, já são 5 anos e você vai tendo outra visão, vai pensando de outro jeito...acho que, quando a gente vive isso todos os dias, vê que não é mais igual às outras mães, e elas também olham você diferente. Eu não sei o que elas pensam, mas eu acho que eu sou mais forte, aprendi a lidar com qualquer coisa que possa acontecer, dou mais valor a Dalila, minha outra filha, e as outras mães não.” (Olga, 47 anos, mãe de Iara, desaparecida há 5 anos)

“Todas as mães são fortes! Teve uma prima que falou: ‘Se acontecesse comigo, eu morria!’ mas eu disse: ‘Morria nada!’ porque não morre... se morresse, eu nem outras mães estaríamos aqui pra contar nossa história. Pra quem não tá passando por isso, parece que não é possível uma mãe agüentar, mas a gente agüenta... elas dizem isso porque não entendem, acham que a gente ia morrer de sofrer, mas não sabem que, na verdade, cada dia que a gente acorda, a gente quer encontrar, que a gente quer correr atrás pra saber o que aconteceu... se você não se fortalecer, dali a pouco você se afunda num buraco e não vai mais ter força pra nada, né? Acho que isso faz a diferença entre eu e as outras mães: eu sei que eu tenho essa força, e elas não, mas é só acontecer alguma coisa com os filhos delas que elas vão descobrir.” (Daniela, 46 anos, mãe de Luíza, desaparecida há 4 anos)

“A vivência de mãe é maior. Quem tem um filho desaparecido sabe muita coisa que uma mãe que não tem não sabe. A gente aprende a dar valor a tudo que os filhos fazem porque quem sabe o dia de amanhã? E se o seu filho desaparecesse como a minha desapareceu? Será que você prestou atenção nela?”

Amou, cuidou direito? A gente sente que tem mais vivência de mãe.” (Soraia, 37 anos, mãe de Ana Maria, desaparecida há 4 anos e meio)

Como podemos perceber, a idéia destas mulheres é de que o sofrimento causado pelo desaparecimento dos filhos lhes proporcionou um senso de maternidade ainda mais apurado. Aqui nos deparamos com o que Badinter (1985) nos aponta sobre a imagem da mãe como aquela que ama, incondicionalmente, seus filhos até e para além da morte. Nos casos de desaparecimento, este mandamento parece conferir a estas mulheres um novo status como mães, por vivenciarem diariamente a dor da perda, incerta e interminável e, apesar disto, manterem acesa a esperança de um dia reencontrar os filhos.

No entanto, 5 participantes referiram sentirem-se menosprezadas e/ou incompreendidas por mulheres que não têm filhos desaparecidos, causando raiva e desconforto, o que, conseqüentemente, pode agravar os sentimentos de culpa por sentirem-se julgadas como não tendo cumprido com suas obrigações maternas.

“A gente se sente diferente, às vezes. Tem outras mães, até mesmo mãe de coleguinha da escola, que ficam com aquela indiferença. Perguntam assim: ‘E aí, achou ela? Você ainda acredita que vai achar ela? Que ela ainda tá viva?’ e eu respondo que sim, porque Deus tá no céu e, se minha filha estivesse morta, eu já tinha achado alguma coisa. Isso faz a gente se sentir pior... elas não entendem o que a gente passa...” (Eunice, 32 anos, mãe de Mariana, desaparecida há 1 ano e meio)

“Eu sou mãe, sempre fui e sempre vou ser. As outras mães é que nunca acreditam na gente. Elas não acreditam que pode acontecer com elas, acham que as nossas crianças fugiram, que foi rebeldia, ou não cuidamos direito, nunca acha que a criança possa ser levada por alguém, sempre acha que ia fugir e tudo mais, mas ninguém conhecia a Paula pra dizer isso porque, se conhecesse, ia saber que ela não ia fugir. Eu não me sinto mais à vontade pra ficar com qualquer mãe, só as minhas amigas que sabem toda a história, porque as outras julgam você e acham que você fez alguma coisa errada.” (Fabiana, 51 anos, mãe de Paula, desaparecida há 5 anos e 3 meses)

“Eu fico triste porque tem mãe que não quer nem saber, que nem liga, que larga o filho, é desnaturada... difícil a gente aceitar uma barbaridade dessa... eu fiz tudo pra não acontecer essas coisas, e acontece justo comigo (choro).” (Vanessa, 32 anos, mãe de Isabela, desaparecida há 1 ano e meio)

“A gente se sente diferente... a gente lembra de tudo quando tá perto delas... por exemplo: tem uma mãe lá na minha rua que tem os mesmos filhos que eu, tem quatro meninos e uma menina... ela chegou no ano passado pra mim e falou: ‘Ai, minha filha se formou!’ e a filha dela tem a mesma idade da Amanda... aí é duro ver a filha dela se formando na escola, porque a Amanda ia estar se formado também. Aí eu fico assim, triste (choro), mas ela não tem culpa, é só a gente que se sente diferente, meio excluída. Tem vezes que a gente sente que

merecia ver o filho crescer, e não o dos outros...” (Zélia, 44 anos, mãe de Amanda, desaparecida há 4 anos e meio)

“Tem mães que nem ligam pros filhos, que não dão atenção, tratam os filhos com ignorância, com brutalidade, não tem um gesto de amor, carinho com e eles continuam ali, do lado delas; mas eu, que sempre tratei com tanto amor, aí minha filha desaparece. Tem um monte de mãe assim, que não tá nem aí pros filhos; os meus não, sempre foram agarrados comigo, sabe! Tem mãe que deixa a criança ali, sem atenção, nem liga, e eu, que dei minha vida pelos meus filhos, acontece isso (choro). Então eu sou diferente, sim, porque essas mães não dão valor aos filhos como eles merecem (...) e elas não acreditam na gente, acham que a gente tem culpa no que aconteceu, mas não é verdade. Tratam a gente como se a gente fosse uma má mãe, e não é assim.” (Nair, 59 anos, mãe de Olívia, desaparecida há 5 anos)

Vemos que, como Badinter (1985) bem colocou, a imagem da mulher como aquela que ama e cuida de seus filhos prevalece em nosso imaginário e a expectativa de que nenhum mal lhes aconteça é ainda maior nos dias de hoje. Quando uma criança desaparece, as mães geralmente são consideradas responsáveis pelo ocorrido e, quando este julgamento vem de outra mãe, os sentimentos de culpa e impotência são ainda mais devastadores.

Para combater estes sentimentos, algumas mães como Vanessa e Nair defendem-se alegando que *“coisas ruins acontecem com pessoas boas”* e *“isso pode acontecer com qualquer uma de nós”*, mas também se questionam sobre o porquê isto não acontece com mães relapsas e desatentas, o que não é o caso delas.

Concluimos, enfim, que para estas mães, fatores como a falta de certezas sobre como e onde está o filho desaparecido, a não realização de rituais, o prolongamento indefinido da ausência do filho e o julgamento de outras pessoas (especialmente outras mães) podem contribuir negativamente para o processo de elaboração da perda. Por outro lado, a formação de grupos com outras mães de crianças desaparecidas e a possibilidade de compartilhar com estas seus sentimentos apresenta-se como um importante recurso para a reestruturação e reorganização da vida destas mulheres.